



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA, PÓS-
GRADUAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO - AGEUFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - MESTRADO

SOFIA RAVINNY LEAL DE SOUSA

INSTINTO MATERNO? A cristalização da identidade feminina na maternidade

São Luís
2024

SOFIA RAVINNY LEAL DE SOUSA

INSTINTO MATERNO? A cristalização da identidade feminina na maternidade

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (PPGPSI), como pré-requisito para a obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia

Linha de Pesquisa: Avaliação e Clínica Psicológica

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Dayse Marinho Martins

São Luís

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a). Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Leal de Sousa, Sofia Ravinny.
INSTINTO MATERNO? A cristalização da identidade
feminina na maternidade / Sofia Ravinny Leal de
Sousa. 2024.
77 f.

Orientador(a): Dayse Marinho Martins.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação
em Psicologia/cch, Universidade Federal do Maranhão, São
Luís - MA, 2024.

1. Brasil. 2. Maternidade. 3. Mulher. 4.
Psicologia. I. Marinho Martins, Dayse. II. Título.

SOFIA RAVINNY LEAL DE SOUSA**INSTINTO MATERNO? A cristalização da identidade feminina na maternidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) para obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Dissertação defendida e aprovada em ____/____/____.

Pela Comissão Examinadora, constituída pelos seguintes professores:

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Dayse Marinho Martins (ORIENTADORA)

Doutora em Políticas Públicas e Doutora em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Profa. Dra. Rosimeria Maria Braga de Carvalho - EXTERNA

Doutora em Educação pela Universidade Lusófona (Portugal)
Universidade Lusófona (Portugal)

Prof. Dr. Carlos Wellington Soares Martins - PPGPSI/UFMA

Doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Profa. Dra. Cristianne Almeida Carvalho - SUPLENTE

Doutora em Psicologia Social (UERJ)
Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha vó, Tereza Pereira dos Santos Leal, matriarca da família Santos Leal, por não ter desistido de si e ter conquistado sua tão sonhada alfabetização, pela coragem de se colocar como uma mulher à frente de seu tempo e lutar pela educação de seus filhos. Pelo cuidado, zelo e atenção dedicados aos filhos e netos, mesmo diante de tantas dificuldades.

Agradeço à minha mãe, Sandra dos Santos Leal, pelo seu tempo e presença, pelo exemplo de mulher, mãe, filha, amiga e profissional que é para mim desde que nasci. Por me inspirar a ser em expansão e também por respeitar meus encolhimentos. Pela sua abertura de mundo que abriga tantas potências e contagia tantas pessoas.

Aos meus filhos, Otto Leal Pinheiro e Ananda Leal Pinheiro, por me abastecerem de vida com o brilho inesgotável de suas existências. Por me ensinarem um amor que não é inato e, como a rapadura, tem a doçura e a dureza da construção diária.

À minha amiga e irmã, Paula Djane Dutra Álvares, pelo seu cuidado, parceria e dedicação ao longo de tantos anos.

À minha amiga e irmã, Luma de Oliveira Martins, por acreditar e fazer acontecer junto comigo os sonhos após a maternidade.

Aos meus amigos e companheiros de mestrado, Ramon Sena, Gabriel Cutrim, Talita Queiroz e Bruna Freire, por serem colo, aconchego e unidade dos mais desafiadores aos melhores momentos desta etapa da minha vida.

À minha orientadora, Dra. Dayse Marinho, por ser exemplo de mulher, pesquisadora, professora e psicóloga. Por compartilhar, de maneira empática, seus conhecimentos e experiências.

Aos professores que fazem parte da minha história, por terem acreditado e incentivado minha expansão acadêmica e existencial.

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação de mestrado aos meus filhos, Otto e Ananda, que através de suas existências, movem a minha à sentidos únicos e originários.

Minha mãe

- Onde dói?

- Dói na minha mãe.

- Mas então não é em você, é nela?

- É em mim.

Há em mim um órgão do corpo que se
chama minha mãe. Eu não o vejo, eu não
o sinto, eu não o cuido, eu não o coço,
não o lavo, não o visto, não o acaricio,
não o arranho.

Há um órgão em mim chamado minha
mãe, onde não é preciso passar repelente
no verão porque o pernilongo pica.

Há um órgão em mim chamado minha
mãe, que transmite choques de dores que
reverberam por todo meu corpo.

Eu não consigo interromper essa
transmissão por não saber onde minha
mãe está em mim.

Há um órgão em mim chamado minha
mãe que não se alivia quando escrevo.

Há um órgão em mim chamado minha
mãe que não se alivia nunca, nem mesmo
quando estou com ela, ou principalmente
quando estou com ela.

Há um órgão em mim chamado minha
mãe que excede meu corpo e me faz
sangrar sem sangue por dentro.

Há um órgão em mim chamado minha
mãe que não é minha mãe.

*Ana Suy, in "Não pise no meu vazio ou o
livro do vazio".*

RESUMO

A partir do século XVIII, mais especificamente em 1760, que começou a existir o incentivo de um novo tipo de relação entre pais e filhos, marcado pelo cuidado e afeto tal como conhecemos hoje e o amor e instinto materno. Ao passo em que a ideia de infância foi sendo desenvolvida como uma etapa de cuidados especiais, a concepção de instinto materno, do amor sacrificial da mãe por seus filhos e a mulher passa a ser valorizada. Neste contexto, percebe-se a forte influência da religião, do Estado e da ciência na naturalização da maternidade e concepção desta como instintiva. Esta dissertação de mestrado objetivou investigar de que forma é construído o discurso de naturalização do instinto materno e como este fenômeno ainda é consolidado nos dias de hoje e qual a sua função no cenário atual. Por meio de um estudo qualitativo fundamentado na analítica fenomenológica de Martín Heidegger, a pesquisa buscou compreender o que investigam os estudos em psicologia na atualidade acerca do fenômeno instinto materno. A investigação incluiu um levantamento bibliográfico da produção científica em psicologia, a descrição e interpretação das principais compreensões sobre o instinto materno, articuladas à uma compreensão fenomenológica-existencial sobre o fenômeno na modernidade. Os resultados destacaram a carência de artigos sobre o fenômeno em questão, demarcando a necessidade de ampliar os campos de pesquisa acadêmica para além dos estudos voltados à compreensões advindas do campo das ciências naturais. Para análise dos resultados, foram construídas três categorias de sentido: família: unidade social indiscutível; Mães normativas e a patologização da experiência materna; A mulher, em sua condenação. A pesquisa concluiu que o fenômeno instinto materno vem sendo utilizado como estratégia de reorganização social e controle em diversos momentos da história. A regressão da mulher ao doméstico e ao natural ganha novos revestimentos na atualidade, embora anuncie com frequência o mesmo: papéis de gênero tradicionalmente fixados na lógica binária do ser homem versus o ser mulher em sociedade.

Palavras-chave: Mulher; Maternidade; Psicologia; Brasil.

ABSTRACT

From the 18th century onwards, more specifically in 1760, the encouragement of a new type of relationship between parents and children began to exist, marked by care and affection as we know it today and maternal love and instinct. As the idea of childhood was developed as a stage of special care, the conception of maternal instinct, of the mother's sacrificial love for her children and women began to be valued. In this context, we can see the strong influence of religion, the State and science in the naturalization of motherhood and its conception as instinctive. This master's thesis aimed to investigate how the discourse of naturalization of maternal instinct is constructed and how this phenomenon is still consolidated today and what its function is in the current scenario. Through a qualitative study based on Martín Heidegger's phenomenological analysis, the research sought to understand what current psychology studies investigate regarding the phenomenon of maternal instinct. The investigation included a bibliographical survey of scientific production in psychology, the description and interpretation of the main understandings about the maternal instinct, linked to a phenomenological-existential understanding of the phenomenon in modernity. The results highlighted the lack of articles on the phenomenon in question, highlighting the need to expand the fields of academic research beyond studies focused on understandings arising from the field of natural sciences. To analyze the results, three categories of meaning were constructed: family: indisputable social unit; Normative mothers and the pathologization of the maternal experience; The woman, in her condemnation. The research concluded that the maternal instinct phenomenon has been used as a strategy for social reorganization and control at different times in history. Women's regression to the domestic and the natural takes on new aspects today, although it often announces the same thing: gender roles traditionally fixed in the binary logic of being a man versus being a woman in society.

Keywords: Woman; Maternity; Psychology; Brazil.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARPEN	Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais
CAFE	Comunidade Acadêmica Federada
CRC	Central Nacional de Informações do Registro Civil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PPGPSI	Programa de Pós-graduação em Psicologia
RA	Reprodução Assistida

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Maria Antonieta e seus filhos	19
Figura 2 – Autorretrato com sua filha, Julie	19
Figura 3 – Nossa Senhora com o Menino Jesus	20
Figura 4 – Medeia	29
Figura 5 – Matéria sobre abandono paterno	59

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Descrição de características dos estudos revisados	51
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

1. A RECONSTRUÇÃO DO MITO DO AMOR MATERNO..... 19

1.1 A psicologização do instinto materno23

1.2 Re-pensando a maternidade27

2. A VIVÊNCIA COMPARTILHADA DOS SENTIDOS EXISTÊNCIAS 30

2.1 A hermenêutica fenomenológica do ser-no-mundo-com-os-outros.....35

2.2 Outras possibilidades para o ser mulher na contemporaneidade em uma perspectiva psicológica existencial.....39

3. UM OLHAR FENOMENOLÓGICO SOBRE OS SENTIDOS CONSTRUÍDOS 46

3.1 Família: unidade social indiscutível56

3.2 Mães normativas e a patologização da experiência materna60

3.3 A mulher, em sua condenação64

CONSIDERAÇÕES FINAIS 68

REFERÊNCIAS..... 73

INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação surgiu, ao observar, na prática clínica, mulheres que traziam inquietações persistentes relacionadas à maternidade. As inquietudes não se apresentavam apenas como um incômodo, mas como um relevante sofrimento que impactava suas vidas mesmo antes da realização da experiência materna. Durante o processo psicoterápico, essas mulheres, diante da concretude ou ausência da maternidade, demonstravam afecções diversas, dentre elas: angústia, cansaço, culpa, dúvida, insegurança, medo, perante esse tipo de experiência, fazendo, constantemente, referências às dores decorrentes da não identificação em si mesmas do instinto maternal.

No decurso da realização desta pesquisa, a autora experienciou o processo de gestação, parto e puerpério, o que também se constituiu, ao longo da escrita, como mais um elemento de aproximação e interesse com a temática. Tendo em vista que este estudo é inspirado pela fenomenologia, os entendimentos desvelados e sentidos alcançados não pretendem se resumir a uma teoria. Nesse sentido, em uma compreensão aproximativa do objeto de investigação, que a partir deste lugar já não é visto como objeto, mas como fenômeno. Janet (1865) fala sobre o fenômeno a ser estudado pela psicologia, o ser humano, de maneira bastante colaborativa:

Fato é de algum modo um fenômeno parado, preciso, determinado, com contornos que se podem apreender e desenhar: implica uma espécie de fixidez e de estabilidade relativas. O fenômeno é o fato em movimento, é a passagem de um fato a outro, é o fato que se transforma em instante a instante (p. 56).

É salutar esclarecer que, antes de se constituir como trabalho dissertativo, teórico e científico, este trabalho é, sobretudo, provocativo. Por trás dele há uma pessoa, uma intencionalidade e vivências que participam diretamente da temática pesquisada e que serão abordadas a partir dos sentidos vivenciados em atendimentos clínicos duas mulheres, recém-mães, que compartilham da experiência comum de gestação, parto e puerpério.

A cristalização da identidade feminina e as conseqüentes queixas relacionadas à maternidade e suas determinações, tornam-se cada vez mais frequente nos consultórios de psicologia. Ao utilizar o termo identidade não se pretende recair em generalizações, mas fomentar o diálogo com o pensamento heideggeriano que compreende a existência enquanto circularidade, que transita na

relação entre o universal e o singular. Surge, então, a necessidade de olhar para as questões que se apresentam no processo terapêutico em sua singularidade.

A acuidade desta pesquisa se realiza diante da necessidade de mudança no olhar sobre a compreensão da relação parental, bem como, na compreensão das possibilidades de ser mulher, com o enfoque da fenomenologia existencial, uma vez que enquanto abordagem, há pouquíssimas referências nessa temática, abrindo-se, portanto, espaço para uma possível aproximação desse contexto a partir de outra perspectiva, que não se justapõe a concepções pré-determinadas.

Cabe destacar que a escolha por esta temática reuniu críticas na esfera acadêmica por parte de docentes que consideram este um assunto ultrapassado, tendo em vista as inúmeras conquistas sociais e econômicas da mulher nas últimas décadas. Todavia, conforme será discutido adiante, considerar a existência de novas formas de condução da mulher ao papel de cuidadora não significa reduzir o valor dessas conquistas é, ao invés disso, uma possibilidade de expandir a reflexão para diferentes níveis de formação e campos da psicologia.

Para dar início à discussão do fenômeno instinto materno, utilizaremos neste trabalho uma tragédia grega euripídica como proposta de reflexão das figuras destacadas em nossa temática, a saber: a mulher e a mãe. Compreendemos que a estrutura cultural contemporânea não dá conta de abarcar todas as dimensões presentes no que foi a tragédia grega, portanto, trazemos a sua apresentação enquanto possibilidade de pensar os dramas vigentes na atualidade sem a pretensão de encontrar causas ou prover interpretações apressadas.

O drama trágico, nascido em um tempo tão distante e de difícil apreensão, parece falar de lugares universais à existência humana em seu caráter de fragilidade, indeterminação e facticidade (Rachel GAZOLLA, 2001). Não havia, necessariamente, um final feliz, uma resolução harmoniosa ou um contínuo de justiça no mundo das tragédias. Por vezes, sequer carregavam um único sentido. O poder trágico era ilustrado em diversas peças, o que consolidou a tragicidade como sua principal característica (Daniel Peixoto MURATA, 2020).

Elegemos como potencializador de nossas reflexões sobre o feminino a tragédia Medeia de Eurípedes por sua conotação político-social. Ressaltamos que o trágico da Grécia antiga não se aproxima ao que hoje se entende por trágico – qualidade do que é triste ou sofrido. No contexto grego, o trágico pretende apontar para lugares universais à existência humana em seu caráter de não-saber, em seus limites e deslimites, em suas possibilidades e impossibilidades.

A tragédia de Medeia trata da história de uma mulher estrangeira, da Cólquida, que é recebida em Coríntio junto ao seu marido Jasão. O casal que estava sendo perseguido pela família de Medeia após cometerem diversos crimes, incluindo o roubo de um tosão de ouro, é asilado por Creonte, o rei de Coríntio. É nesta cidade que formam uma família até o momento em que Jasão decide pela dissolução do casamento para conquistar o trono real. Para tanto, Jasão se casa com a filha de Creonte e abandona Medeia e os filhos. Estes, por sua vez, são exilados de Coríntio a partir de um decreto do rei Creonte. Em retaliação ao marido infiel e diante da possibilidade de exílio, Medeia mata os próprios filhos. Sendo este o ponto alto do mito, o que traduz sua tragicidade. (GAZOLLA, 2001).

Outros acontecimentos que compõem a história de Medeia são descritos por Eurípedes (2015) e se fazem relevantes para nós nesse texto, são eles: os assassinatos do pai e do irmão cometidos para que ela conseguisse efetivar seu desejo de se casar com Jasão; o casamento que, na contramão da tradição e da vida das mulheres de seu tempo, acontece por amor; e o ato final da tragédia, com os infanticídios cometidos pela própria mãe, Medeia.

A apresentação da mãe que é assumida por Medeia a partir do sistema mitológico da Antiguidade, coloca luz sobre a ideia de instinto materno provocando rachaduras na estrutura desse modelo de pensamento já à época em que é evocado. Através de Medeia observamos múltiplos sofrimentos que podem acometer a existência humana como a ausência de sentido ou de respostas únicas, os conflitos e dilemas sociais que promovem diálogo entre passado e presente, as relações de poder, a imprevisibilidade e a condição de absoluta vulnerabilidade do ente humano frente às arbitrariedades da existência. Trata-se de um exemplo de conflito existencial que não é passível à domesticação.

Medeia inaugura a possibilidade de expressão dos descontentamentos e emoções compartilhadas entre as mulheres de sua época, em resposta ao rígido controle social em que a mulher estava submetida na Grécia Antiga. Mas também causa espanto e horror ao fazer surgir a mãe desnaturada, a mãe não-instintiva, a mãe que desconhece o amor incondicional pelos filhos.

Esse fatídico e desconhecido modo de ser mulher e de ser mãe apresentado por Medeia nos chama atenção ao que, no presente, as mulheres e, em destaque, as mães, experimentam de conflitos modernos. Os contornos promovidos pelo mito de Medeia na tensão entre pessoa e cidadão, entre passado e presente e no conflito entre masculino e feminino, toca e delineia a experiência humana a nível atemporal.

Atualmente, o ser mulher é marcado por desafios em seus diferentes contextos relacionais. No trabalho e na vida pessoal, a mulher é convocada a responder aos padrões que ainda imperam na sociedade moderna. Historicamente, as reivindicações feministas protagonizam a luta pela mudança de um sistema patriarcal, entretanto, é sabido que os entraves relacionados ao direito de liberdade da mulher são expressões culturais presentes até hoje (CUEVAS; RENNISON, 2016).

Na experiência de gestar, parir e cuidar de um filho as interposições sociais também se apresentam. Machado, Silva, Melo e Silva (2020) pontuam que a influência da identidade social do ser mãe na atualidade está na concepção de que a mulher é a principal, e talvez a única, responsável pela criação e cuidado com o filho.

O fato da mulher, nos dias hoje, ser a principal responsável pelo cuidado de uma criança nos leva a questionar sobre a naturalidade de ser mãe – a mulher possui a inclinação natural para exercer a maternidade? Assim temos como ponto de partida para este estudo a seguinte questão: de que forma é construído o discurso de naturalização do instinto materno ainda consolidado nos dias de hoje e a que serve? Pode a experiência materna ser determinada pelo modo como as psicologias científicas e tradicionais tem pensado?

O trabalho está organizado a partir das questões levantadas acima, de maneira em que na primeira seção o enfoque da discussão é como as teorias psicológicas contribuíram para o discurso naturalizador do amor e instinto maternos. Nele fazemos um resgate histórico que vislumbra a estreita relação entre o instinto materno e a construção dos papéis sociais das mulheres. A seção seguinte é voltada para compreensão existencial do fenômeno instinto materno a partir de filósofos da existência como Edmund Husserl e Martín Heidegger. Assim, através da discussão de conceitos advindos do campo da fenomenologia, é demarcado o olhar lançado ao fenômeno do instinto materno. A terceira e última seção é dedicada à discussão de resultados de estudos, realizados em diversos contextos sociais, que indicam o quão significativa a maternidade é para a identificação de mães como ‘mulheres de verdade’. Na sequência, é descrito, de forma detalhada, os procedimentos metodológicos que utilizados, bem como a análise dos resultados, seguido do capítulo dedicado às considerações finais. Por fim, as referências bibliográficas usadas no estudo.

A proposta desse trabalho, portanto, visa a discussão de caminhos possíveis para pensar a mulher no contexto da maternidade, não com o intuito de encontrar respostas definitivas, mas como possibilidade de debate acerca da mulher e,

sobretudo, da mãe para além de definições biológicas e psicológicas. Assim, a perspectiva em psicologia para qual este estudo aponta não privilegia o orgânico, psíquico ou social, mas para a existência como lugar originário de constituição do ser em seu campo infinito de possibilidades.

1. A RECONSTRUÇÃO DO MITO DO AMOR MATERNO

Segundo Elisabeth Badinter (1985), foi a partir do século XVIII, mais especificamente em 1760, que começou a existir o incentivo de um novo tipo de relação entre pais e filhos, marcado pelo cuidado e afeto tal como conhecemos hoje e o amor e instinto materno passaram a ser representados nas obras artísticas da época, como *Maria Antonieta e seus filhos*, de 1787 e *Autorretrato com sua filha, Julie*, de 1789, ambos de autoria da pintora francesa Élisabeth Vigée Le Brun.

Figura 1 – Maria Antonieta e seus filhos



Fonte: Wikimedia Commons

Figura 2 – Autorretrato com sua filha, Julie



Fonte: Wikimedia Commons

Valeska Zanello (2018) destaca que a partir dessa época, as imagens de Nossa Senhora segurando no colo o filho Jesus passaram a ser comuns nas casas e não apenas nas igrejas.

A mulher não é mais identificada à serpente do Gênesis, ou a uma criatura astuta e diabólica que é preciso pôr na linha. Ela se transforma numa pessoa doce e sensata, de quem se espera comedimento e indulgência. Eva cede lugar, docemente, a Maria. A curiosa, a ambiciosa, a audaciosa metamorfoseia-se numa criatura modesta e ponderada, cujas ambições não ultrapassam os limites do lar. (BADINTER, 1985, p. 175)

Figura 3 – Nossa Senhora com o Menino Jesus (1829) - Henrique José da Silva



Fonte: Wikimedia Commons

Desse modo Badinter (1985) menciona o considerável aumento do número de publicações que incentivavam que a própria mãe cuidasse dos filhos, inclusive que amamentassem seus bebês, o que até então não era comum, principalmente entre as mulheres mais privilegiadas economicamente. Não se quer dizer com isso que o amor materno até então não existia, mas sim que não era um imperativo à mulher até essa data.

Então, o que se pode pensar como fatores que contribuíram para essa mudança de paradigma que permanece até os dias de hoje? Segundo Badinter (1985) e Zanello (2018), o Capitalismo muito contribuiu para isso, pois a criança passou a ter valor de mercado e então a mortalidade infantil traria prejuízos econômicos, pois

haveria perda da mão de obra. Além da produção de riquezas, a quantidade de homens também estaria relacionada ao poderio militar do Estado.

Silvia Mayumi Obana Gradwohl, Maria José Duarte Osis e Maria Yolanda Makuch (2014) diferenciam maternidade de maternagem, enquanto a primeira refere-se à consanguinidade, a segunda, refere-se à relação afetiva e de cuidado entre a mãe e o bebê. Tanto a maternidade quanto a maternagem fazem parte de uma concepção advinda do projeto capitalista desde o surgimento da Idade Moderna, é impossível a mulher, em seu estado normal, enquanto ser que possui condições biológicas para a maternidade, não desenvolver amor e cuidado incondicionais por seu(s) filho(s), tal discurso foi endossado pela comunidade científica que estabelecia parâmetros para o cuidado ideal da mãe com o filho. Assim, o status social da mulher era condicionado pela vida de devoção e sacrifício em favor do lar e dos filhos.

Zanella (2018) ainda acrescenta que quanto mais se desenvolveu a ideia de infância, de que a criança não era um pequeno adulto, portanto, necessitava de cuidados especiais, mais se responsabilizou a mãe pelo cuidado do bebê. Assim, começa a ser naturalizada a concepção de instinto materno, do amor sacrificial da mãe por seus filhos e a mulher passa a ser valorizada ao alcançar essa posição.

Segundo Zanella (2018, p. 128), a mulher passou a ser representada como

[...] essencialmente materna (boa) e disponível a cuidar. Eva cedeu lugar à doce Maria. A imagem anterior, sensual, da mulher (Eva), é substituída por outra assexuada (Maria). A curiosa, a ambiciosa, a audaciosa metamorfoseou-se em uma criatura modesta e ponderada, cuja maior ambição se circunscrevia ao espaço doméstico.

Tanto Badinter (1985) quanto Zanella (2018) concluem que amar os filhos e, principalmente, amar a condição de ser mãe, tornou-se um imperativo. A mulher que não correspondesse à sua vocação natural e divina seria considerada à margem da sociedade. A felicidade da mulher seria garantida através da renúncia em favor do seu casamento, isto é, a mulher só seria feliz se fizesse seu marido e seus filhos felizes, mesmo que isso implicasse a sua própria infelicidade.

Segundo Maria Martha de Luna Freire (2008), a maternidade associada à natureza feminina ocupou espaços de discussão na sociedade brasileira, incluindo o meio científico, no início da nossa república, porque gerar filhos passou a significar um ato de patriotismo, pois era, sobretudo, gerar cidadãos à nova Pátria.

Com a expansão da imprensa e popularização das revistas femininas, foi propagado o discurso maternalista imbuído pelos discursos científico e nacionalista.

O ideal de maternidade, como a principal missão da mulher, assim como o papel feminino de ser mãe, era, acima de tudo, uma função social: era o papel da mãe preparar os futuros cidadãos (FREIRE, 2008). Com o tema da maternidade cada vez mais ligado ao discurso científico e nacionalista, Freire (2008) afirma que a negação da maternidade pela mulher poderia ser considerada como pecado, doença ou crime. Até mesmo a inserção da mulher no mercado de trabalho estava atrelada a ideologia do instinto materno, assim a mulher deveria exercer profissões que fizessem uso do seu “dom natural de cuidar” (BONATO, 2007).

Bonato (2007), ao realizar uma análise documental da “Conferência pelo Progresso Feminino” - ocorrida no Brasil em 1922, Conferência esta que contava com a participação de representantes de grupos do sufrágio feminino, escolas, grupos comunitários e do Poder Público bem como de médicos, advogado dentre outros - ressalta que foram os homens que instituíram o exercício do magistério à mulher.

Bonato (2007) enfatiza que na Comissão de Educação e Instrução da Conferência, os discursos de alguns palestrantes já demonstravam a certeza de que a mulher estava destinada ao casamento e a maternidade, assim, caso fosse necessário ter alguma profissão, deveria ser uma que estivesse alinhada à sua vocação natural, por esta razão o magistério seria ideal para as mulheres, porque é neste ofício que elas podem exercer a sua qualidade natural de ser cuidadora.

Assim, pode-se concordar com Zanello (2018) que diz que a professora do primário é a figura da mãe, pois, ao mesmo tempo que o trabalho fora de casa poderia significar alguma autonomia às mulheres, a elas era relegado apenas o trabalho que representasse as habilidades femininas biologicamente determinadas – maternagem, cuidado, sacrifício, paciência, docilidade - como era instituído na época.

Márcia Regina Cangiani Fabbro e José Roberto Montes Heloani (2010), em sua pesquisa com professoras universitárias brasileiras que se tornaram mães depois de construírem uma carreira acadêmica bem-sucedida, relatam que embora, as mulheres hoje tenham a oportunidade de crescerem profissionalmente, os papéis em casa continuam os mesmos de suas mães e avós, desse modo, é notória a relação de poder conferida aos papéis de gênero, no qual a mulher, além de exercer sua função laboral, detém a maior responsabilidade pelo cuidado da casa, dos filhos e dos parentes idosos.

Portanto, a idealização social sobre como deve ser uma mãe fez com que as mães entrevistadas por Fabbro e Heloani (2010) afirmarem muitas vezes a pressão de serem um tipo de mãe – com dedicação exclusiva aos cuidados da casa e dos

filhos, mesmo convivendo com cônjuges que tinham mais tempo disponível para exercer essas funções – que não se adequava com os compromissos profissionais e nenhuma das entrevistadas manifestou interesse em abdicar do trabalho para cuidar dos filhos. Então, enquanto a posição social ocupada pela profissão lhes conferisse prestígio, a maternidade era marcada pela insegurança, culpa e indeterminação (FABBRO; HELOANI, 2010).

O estudo de Bernardo Jablonksi (2010) acerca dos acordos realizados sobre as responsabilidades domésticas e cuidados dos filhos, foram entrevistados 20 casais heterossexuais de classe média com mais de 5 anos de união estável e que tivessem pelo menos um filho. Um dado interessante a ser considerado na pesquisa foi em relação ao lazer individual, no qual os homens relataram realizar atividades de lazer sem esposa e filhos, geralmente com os amigos, em futebol ou tomando chopp, enquanto as mulheres relataram a inviabilidade de desfrutar de tempo sozinhas ou somente com os amigos.

Desse modo, através das pesquisas de Fabbro e Heloani (2010) e Jablonski (2010), percebe-se que, embora o conceito de família tenha sido ultimamente redefinido de modo diferente do que se compreende por família tradicional, os papéis desempenhados pelos cônjuges no que se refere aos gêneros, no caso, cuidados domésticos e dos filhos sendo tarefa da mulher/mãe ainda continuam os mesmos, mesmo com a emancipação feminina.

Feijoo (2015) discute o aparecimento frequente na clínica psicológica da tese de que a identidade feminina está sempre sujeita à confirmação do homem. A autora destaca que esse cenário tem sido visto e vivenciado em sociedade não só através da experiência individual, mas também em contos, romances e, muito inclusive, nas teorias psicológicas acerca do psiquismo. A seguir será apresentado de que forma as teorias psicológicas contribuíram para o discurso naturalizador do amor e instinto maternos.

1.1 A psicologização do instinto materno

A ideia de que existe um instinto materno, inerente a todas as mulheres é compartilhada nos meios leigos e acadêmicos ainda na atualidade e parece ser justificada em teorias que validam a existência de características inatas ao ser humano. A este respeito, o psicólogo e psiquiatra Jhon Bowlby desenvolveu o que intitulou Teoria do Apego. Ao entendimento de Bowlby, os seres humanos buscam

instintivamente relações que gerem vínculos úteis para si próprio e para o outro. Suas pesquisas começaram com estudos sobre o vínculo de bebês com as mães e cuidadores, defendendo a ideia de apego como uma tendência natural entre estes (BOWLBY, 1997).

Iniciada como uma estratégia instintiva de sobrevivência, para Bowlby (1997), o apego surgiria para atender às necessidades básicas dos bebês e crianças, se estendendo à vida adulta nas relações socioafetivas. O comportamento do apego estaria enraizado nos seres humanos em equivalência aos comportamentos de reprodução e parentalidade.

Bowlby (1997) considerava que, embora a vinculação do bebê possa acontecer com diferentes cuidadores, é com a mãe que ele estabelece maior ligação. Sendo a mãe igualmente dependente deste vínculo. Segundo ele, quando o vínculo mãe-bebê é negado ou interrompido, o desenvolvimento sócio emocional do bebê é comprometido. Os danos emocionais, sociais e cognitivos apontados por Bowlby estão diretamente relacionados aos primeiros anos de vida da criança (até os dois anos de idade). Após esse período, qualquer intervenção seria considerada tardia e os danos causados pela interrupção poderiam ser irreversíveis.

A teoria de Bowlby se alinha à teoria evolucionista de Charles Darwin e promove equiparação entre instinto de sobrevivência (do bebê) e instinto materno (da mãe). As bases biologistas que fundamentam esse modelo de pensamento compreendem mãe e bebê como seres codependentes e descarta possibilidades de ser saudavelmente (ser criança ou ser adulto) fora desses pressupostos.

Bortolini e Piccinini (2017) mencionam o modelo de funcionamento interno formulado por Bowlby, no qual postula que as experiências internas da criança são formadas a partir do modo de relação que ela estabelece com os seus cuidadores. Esse modelo de funcionamento pode estar relacionado ao apego inseguro devido a perdas significativas nas relações da criança como abandono ou morte de uma figura parental importante.

Assim, há uma relação entre a representação de apego da mãe e a representação de apego da criança cuidada pela mãe. Dessa forma, de acordo com Bortolini e Piccinini (2017, p. 1103) “a apego inseguro [...] estaria associado à dificuldade materna de reconhecer e responder pronta e eficazmente a angústia do seu bebê e suas necessidades”. Logo, podemos perceber, de que maneira as Teorias do Apego centralizam a responsabilidade da formação subjetiva do humano em seu cuidador principal, que em nossa cultura é a mãe.

Os psicólogos que se familiarizavam com a teoria evolucionista de Darwin passaram a buscar uma descrição evolucionária também no desenvolvimento psicológico. Seguindo a lógica da causalidade, da sucessão e continuidade, muitas teorias psicológicas para o desenvolvimento psicossocial surgiram influenciando o modo de perceber relações de parentalidade ao longo do tempo.

Farias e Lima (2004) tomam como base a teoria psicanalítica, criada por Sigmund Freud, na qual, segundo essas autoras, o Complexo de Édipo e o Complexo de Castração são utilizados para explicar a entrada da menina e do menino na sexualidade e o modo de como essa criança irá perceber os papéis exercidos por seus pais.

À vista disso, o menino, em um primeiro momento rivaliza com o pai por causa do seu objeto amoroso (a mãe), mas por receio da castração, identifica-se com o pai e vai em busca do seu próprio objeto de amor. Já a menina, ao se dar conta que seu clitóris é bem menor que o pênis dos meninos, aceita a condição de que já nasceu castrada e assim, troca o clitóris pela vagina como objeto sexual, a mãe deixa de ser seu objeto original e ela vai em direção ao pai, o que pode causar certa rivalidade ou desprezo pela mãe, pois supõe que a mãe também foi castrada e a responsável por ela também ser mulher e, conseqüentemente, sem pênis (FARIAS; LIMA, 2004).

Assim, Farias e Lima (2004), ainda sobre a teoria freudiana, colocam que o desejo de ter um bebê em substituição ao desejo de ter um pênis é a condição necessária para que a menina entre na feminilidade normal como resultado do complexo de castração. Ter um filho do pai será a reparação pela falta do pênis para a menina. Portanto, a maternidade e castração estão intrinsecamente ligadas à maternidade, que está relacionada a falta do falo, haja vista que o desejo de ter um pênis e o desejo de ter um filho são inconscientes e preparam a menina para exercer o seu papel feminino na sociedade.

Pode-se perceber nas explicações psicanalíticas sobre a maternidade apresentadas por Farias e Lima (2004), a forte ligação entre ser mãe e comportamentos instintuais como ternura, proteção e o desejo de obter o amor do filho. Tanto o coito como o parto são vistos como um processo de ressignificação das vivências infantis da mãe e assim, o bebê é considerado esse objeto que faltava para a mãe.

Contudo, Farias e Lima (2004) enfatizam que segundo a teoria freudiana, o bebê não confere à mulher total satisfação do desejo. Por causa da dialética edipiana,

a mulher, mesmo durante a relação sexual, é vista pelo homem como mãe. Toda mulher é um espelho de sua mãe (FARIAS; LIMA, 2004).

A Segunda Guerra Mundial foi o cenário histórico em que o pediatra e psicanalista britânico Donald Winnicott desenvolveu sua obra e teoria acerca do desenvolvimento infantil. O autor estabeleceu a relação de exclusividade do cuidado de crianças às mulheres considerando o que chama de unidade mãe-bebê. Endereçava seus escritos e palestras a quem, em sua perspectiva, deveria se ocupar dos cuidados infantis – as mães (MIRANDA; TIMO; BELO, 2019).

O cerne dos estudos de Winnicott estava concentrado na relação mãe-bebê e, embora considerasse o ambiente um fator determinante na estruturação psíquica, postulava que era através da mãe que a criança desenvolveria as bases de sua saúde mental (WINNICOTT, 2020). Em *Um homem encara a maternidade* (WINNICOTT, 1982), o autor designa à mãe o viés natural para a maternidade, sendo ao homem incoerente saber, em verdade, do que se trata o cuidado com os filhos:

Para começar, você ficará aliviada, leitora, quando souber que não tenciono explicar o que tem a fazer. Sou homem e, portanto, jamais poderei saber, na verdade, o que se sente ao ver ali embrulhado [sic] uma parcela do meu próprio ser, um pedaço de mim vivendo uma vida independente... Só uma mulher pode sentir isso e, talvez, só uma mulher possa até imaginar essa experiência quando, por infortúnio de uma ou outra espécie lhe falta a prova real e concreta (WINNICOTT, 1982, p. 15).

Em sua prática clínica, Winnicott cuidou efetivamente de bebês, tendo se mostrado capaz não só de identificar, mas também de fornecer um ambiente “suficientemente bom” (WINNICOTT, 1945, p. 224) para seus pacientes, fator que contradiz em potencial a afirmação acima sobre sua incapacidade de falar, saber ou executar o cuidado. Ao considerar que as alterações fisiológicas vivenciadas pela gestante facilitam a identificação natural com o bebê, Winnicott deixou de ponderar os sentidos criados pela expectativa social depositados nessas mudanças que, para além de corpóreas, são também psíquicas e sociais.

A lógica determinista de gênero para as funções de cuidado de crianças parece se contradizer não só em Winnicott, mas nas outras tantas teorias que prescrevem, através da ênfase no biológico, a ideia de instinto materno. A dinâmica dos gêneros posicionada política e historicamente provoca indagações acerca da essencialização presente nos argumentos que fundamentam conceitos como natureza, mulher, mãe, parentalidade, família e, em tempo, o próprio conceito de gênero.

Estando a mulher (mãe) no centro destas teorias, Denise Riley (1983) evidencia as relações de poder e dominação que perpassam o fenômeno da biologização da maternidade. Utilizada como estratégia de reorganização social em diversos momentos da história, a regressão da mulher ao doméstico e ao natural ganha novos revestimentos, embora anuncie com frequência o mesmo: papéis de gênero tradicionalmente fixados na lógica binária do ser homem versus o ser mulher em sociedade.

1.2 Re-pensando a maternidade

A arte permanece sendo um modo pelo qual o homem moderno expressa seus dramas. O que, no sentido grego, representa a pura existencialidade ou ainda, a facticidade da existência. A ausência de controle sobre minúcias factuais do existir é que, ao passo que determina limites também liberta, permitindo ao existente possibilidades de transcender as circunstâncias.

A arte como outra forma de pensar o ente humano se assemelha à perspectiva psicológica de base fenomenológico-existencial que concentra em seu cerne o interesse pela existência para além do que é naturalmente dado ou interpretado por modelos explicativos próprios das ciências naturais (FEIJOO, 2017).

A literatura, o teatro, os filmes, a música e outros tantos modos de produção artística costumam dialogar com maior facilidade com os processos humanos já que, por vezes, escapam ao pensamento sistemático e moral. Questões como traição, frustração, ambição, fúria, vingança, dilemas éticos e existenciais podem ser revisitadas e apontar para o que é da ordem da pluralidade e da diferença na experiência humana.

Dar a possibilidade de que outros modos de saber emergjam abrindo caminhos de ser, e não somente ditando aquilo que deve ser, é uma experiência de pensamento que mantém relação com o incontornável sem a pretensão de capturá-lo. Ou, nas palavras de Fogel (2012, p. 11):

A arte passa, então, a ser o modo próprio de ser que dita o ritmo, que pontua a cadência da vida, dando-lhe entonação própria; então, deixa de ser uma ida qualquer ou de qualquer um, passa ser uma vida bem específica, bem mais própria, a saber, uma vida determinada, atravessada pela arte.

Nos estudos antropológicos de Lina Meruane (2018), a percepção da maternidade ganha novos contornos. No percurso histórico traçado por ela, a mulher

é colocada estrategicamente próxima à natureza para justificar seu papel social de mãe. Meruane (2018) recorre à história para mostrar como, em cada época, as mulheres são direcionadas para o exercício da maternidade. Seja para suprir um déficit populacional em virtude de guerras, seja para que o marido pudesse exercer o trabalho remunerado ou, em manifestações mais contemporâneas, no formato de “mãe ecológica” (MERUANE, 2018, p. 123) e “supermãe” (MERUANE, 2018, p. 124).

Djamila Taís Ribeiro (2021), filósofa e escritora brasileira, argumenta o lugar do cuidado atribuído historicamente à mulher e, especificamente, à mãe. Em resgate às memórias que tem de sua mãe, ela destaca uma percepção que marcou sua infância: a de que sua mãe estava constantemente irritada com os filhos. Quando adulta, buscou aproximar-se da história dessa mulher que tão facilmente se irritava e se deparou com vestígios de uma experiência atravessada, entre outras coisas, por renúncias de si pelo outro.

O cuidado e a responsabilidade integral pela criação dos filhos atribuídos à mãe de Djamila é, para ela, uma realidade vivida por muitas mulheres, que tem suas existências oneradas e culpabilizadas pelo entendimento de que é responsabilidade da mãe, em primeiro lugar, o cuidado com os filhos. Djamila se pergunta a quem interessa a ideia de que a maternidade como um processo instintivo e que, portanto, não aceita ou não deve aceitar interposição, pois questiona que o que vivencia tanto quanto filha quanto mãe, é o que é condicionado à mulher na sociedade e não um processo natural que a constitui (RIBEIRO, 2021).

As renúncias, violências e opressões destacadas por Ribeiro (2021) também foram expressadas por Medeia que, àquele tempo, entendeu se tratar de dores coletivas, uma expressão da vida das mulheres de sua época. Em suas palavras:

De todos os seres com vida e noção, / o mais miserável somos as mulheres,
/ que primeiro com excessivo dinheiro / devem comprar marido e ter o dono /
do corpo; este mal ainda é o pior, / e nele o combate é maior, ter mau / ou
bom; divórcio difama as mulheres / e elas não podem repudiar o marido. / Ao
chegar a nova morada e costumes, / não instruída em casa, deve ser vate /
de qual será o melhor uso do cônjuge. / Quando este nosso desempenho é
bom, / e o varão convive sob jugo sem violência, / a vida é invejável. Se não,
vale a morte. / O varão, se pesa o convívio em casa, / sai fora e cessa o fastio
do coração, / voltado a um amigo ou um colega; / mas nosso fado é fitar uma
só vida. / Dizem que temos vida sem perigo / em casa, mas eles lutam com
lança, / por pensar mal; preferiria três vezes / manter o escudo a parir uma só
vez. (EURÍPEDES, 2015, p. 84-85)

Figura 4 – Medeia - Artemisia Gentileschi (1620)



Fonte: Wikimedia Commons

Ao pronunciar “preferir manter o escudo a parir uma só vez”, Medeia sente, rente à sua experiência, a construção do ser mulher pela via única do papel materno. Argumenta a direção das mulheres para o exercício da maternidade que se dava, desde o sistema de dote, em que a mulher pagava para ter um dono; ao confinamento no lar, em que a um era permitido sair para se ocupar de diversos modos de trabalho e diversão, e, para outro (mulher), era posto que permanecesse no espaço doméstico para cuidar da casa e dos filhos.

As figuras contemporâneas da mãe ecológica e supermãe, mencionadas anteriormente, são modos contemporâneos de reconduzir as mulheres às tarefas domésticas e à maternidade total descritas nas falas de Medeia (EURÍPEDES, 2015) e Meruane (2018). Ambas parecem se preocupar cada uma com o viés social de seu tempo que preconiza não só que mulheres nascem para ser mães, como devem ser boas mães.

A disponibilidade física e afetiva fundamental para o desenvolvimento infantil sugerida por Bowlby (1997) se faz vigente através dos enunciados sociais destacados por Meruane (2018) que regulam e caracterizam a capacidade materna sob a compreensão da mulher como ser mais próximo à natureza, instintiva e propensa ao cuidado, e, portanto, mais apta ao trabalho da casa e com os filhos.

E, ainda, da mulher enquanto salvadora ecológica que ao optar pela amamentação prolongada, fraldas de pano, planejamento e produção de uma alimentação saudável, realiza o que é de sua natureza: o instinto materno (MERUANE, 2018).

Badinter (1985) , uma das principais influências nos estudos de Meruane, analisa a tendência inata à maternidade designada à mulher. A autora adiciona componentes sociais importantes a essa discussão e chama atenção para a época

em que a maternidade é vivida, por considerar que a moral, os valores sociais e religiosos de cada tempo estão, inevitavelmente, imbricados no processo de maternar.

Ao discorrer sobre a moralização do suicídio, Lessa (2018, p. 106) comenta que:

Friedrich Nietzsche em sua obra “A Genealogia da Moral”, mostra que a moral recebe uma modulação distinta de acordo com o critério de utilidade em determinado momento histórico. Essas atribuições morais, na medida em que vão se sedimentando com o passar do tempo, acabam sendo vistas como naturalmente dadas, e encaradas como sendo da ordem do incontestável e do irrefutável.

Embora Lessa (2015) estivesse se referindo à concepção do suicídio que se modifica de acordo com o horizonte hermenêutico que o atravessa, podemos perceber também que isso pode ocorrer com o significado do que é ser mulher, cuja forma de conceituação lhe foi atribuída pelo seu caráter de utilidade e cristalizou-se a ponto de que ser mulher nos dias de hoje é viver de acordo com a sua natureza feminina, dentre elas, a maternidade, caso alguma mulher não viva dessa forma, é culpabilizada, considerada anormal ou antinatural.

Segundo Mansur (2003), a mulher que por algum motivo, não se torna mãe, pode gerar um incômodo em seu meio social, pois ela não está cumprindo um papel lhe fora determinado: seguir o seu instinto materno. Ela passa a ser vista como incompleta e sem conquistar o seu lugar na sociedade que é o da mãe, assim ela se torna sem-lugar, pois qual o lugar da mulher no que é considerado feminino se não seguir o seu curso natural? Assim, a mulher que não alcança esses ideais – casar-se, ter filhos e cuidar deles – que são propostos a ela, passa a carregar consigo esse estigma.

Assim, como ressalta Zanello (2018), a capacidade de procriar não torna a mulher naturalmente inclinada a exercer a maternidade e assim, muitas mulheres são culpabilizadas, por elas mesmas ou pelo outro, por não quererem e não conseguirem acatar a exigência de exercer tal função como um dom natural. Assim, é preciso repensar o lugar da mulher para além do que é dito no discurso atual de naturalização do instinto materno.

2. A VIVÊNCIA COMPARTILHADA DOS SENTIDOS EXISTÊNCIAS

“Histórias também podem ser usadas pra capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida (...) quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história sobre nenhum lugar, nós conquistamos um tipo de paraíso”.

(Chimamanda Ngozi Adichie)

A discussão do processo histórico e social entorno do tema maternidade possibilita ver, do ponto de vista antropológico-filosófico, a estrutura que conecta experiências singulares à uma pluralidade cotidiana capaz de conduzir o pretense “eu” para um “nós”. Pretense pois, considerando o que está em jogo na dinâmica existencial, o contato com outro humano torna-se imperativo diante da centralidade do eu.

A contribuição da psicologia no processo de construção da subjetivação materna se deu a partir de perspectivas psicológicas que compreendem a pessoa enquanto sujeito essencialista, individualizado, destituído de mundo e da dimensão social que compõe sua existência. Colaborando, portanto, para prescrições e expectativas sociais de toda ordem. Para Mélo e Di Paolo (2007, p. 133), a subjetivação se constitui em "redes de negociações sociais que produzem efeitos de indivíduos ou sujeitos, ou simplesmente modos de ser".

O caminho metodológico percorrido neste trabalho indica para a desconstrução da ideia de maternidade instintiva que, a esta altura, é vista em seus diversos modos de ser e de se mostrar, não mais como um objeto calculável do naturalismo, mas como experiências acontecentes, que só são passíveis de desvelamento durante e a partir do seu exercício de serem. Ocorrem no conjunto das vivências maternas, expressadas na relação de pertencimento mútuo entre mãe e mundo.

O termo vivência deriva do grego e traz na etimologia do seu significado “o fato de ter vida” (ABBAGNANO, 2003). Em uma perspectiva fenomenológica desse conceito, as vivências humanas são registros de consciência feitos a partir de percepções e reflexões. Uma consciência que não se dá somente no binômio interioridade-exterioridade, mas o registro e a percepção disso que acontece entre o interior e exterior. Estes registros só são possíveis enquanto vivências humanas, pois

somente nestas é possível se dar conta de perceber e registrar o que se está fazendo (BELLO, 2004).

As vivências se apresentam como possibilidades do humano que, de uma forma ou de outra, mostram-se, seja de forma velada, encoberta ou desconfigurada, pois não há um modo universal destas aparecerem.

Embora não utilize a palavra vivência, Amatuzzi (2001) refere-se ao vivido com uma concepção semelhante à que foi elaborada por Husserl. Segundo o autor, o vivido é uma “reação imediata àquilo que acontece, antes mesmo que tenhamos refletido ou elaborado conceitos” (p. 53). Para Forghieri (1993) “as situações que alguém vivencia não possuem, apenas, um significado em si mesmas, mas adquirem um sentido para quem as experiencia, que se encontra relacionado à sua própria maneira de existir” (p. 58). Sendo, o sentido, uma experiência íntima que escapa à determinações externas.

Ales Bello (2006) refere-se à entropatia (Einfühlen) como a capacidade humana de apreender o outro a partir de um modo de sentir a existência desse outro como semelhante, embora não idêntico. A entropatia sinaliza ao ser vivente o estar diante de outro ser vivente, não apenas como atitude perceptiva, mas como um reconhecimento consciente de um humano para outro. Para a autora, a entropatia possibilita a entrada em um mundo intersubjetivo, ou seja, um espaço de vivência compartilhado que possibilita o desenvolvimento de sentidos, diálogos e diversidades.

A entropatia é um ato específico, não pode ser confundido com a reação psíquica da simpatia. Usamos entropatia para dizer que, imediatamente, captamos que estamos diante de seres viventes como nós. O elemento vivente é muito importante. Dentro dele existe uma vida, que não é só percepção, é uma percepção acompanhada da consciência, portanto, estamos diante de algo que vive, que vive como eu. Por que temos de dizer "como eu"? Porque podemos estar diante de um cachorro que vive também, mas não vive como eu. (BELLO, 2006, p. 65).

A relação entre humanos e vida humana no mundo, este último, denominado por Husserl como mundo da vida (Lebenswelt), abarca essa vivência tão particular e própria que é a entropatia. Uma experiência imediata do outro, um reconhecimento do outro como pessoa (HUSSERL, 2002).

A palavra entropatia ou intropatia pode ser encontrada em alguns textos de Husserl traduzidos para o português como no caso das Meditações cartesianas. Todavia, se traduzido do alemão, Einfühlen, refere-se a sentir (fühlen). Um sentir que antecede qualquer reflexão ou interpretação sobre outro (BELLO, 2014). A tradução de Einfühlen que mais se harmoniza com a língua portuguesa, escrita e falada, é

empatia. Sendo os termos, entropia ou intropatia, utilizados para diferenciar o sentido atribuído pela fenomenologia à palavra empatia em relação à outras perspectivas teóricas. Nesse texto será mantida a palavra entropatia em concordância à diferenciação de sentido que se pretende assumir.

Este modo de sentir especialmente humano, empatia, é compreendido por Edith Stein (1998) a partir em três níveis. A primeira refere-se à doação de sentido das vivências ao outro, sem tencionar para conteúdos individuais. A segunda corresponde à não originariedade dos sentidos doados que, para Husserl (2006) são observações do que é vivido pelos outros e “essa observação por empatia é, por certo, um ato intuitivo, doador, porém não mais originariamente doador” (p.34). A terceira é considerada por Stein como a relação empática propriamente dita acontece quando compreendemos a vivência do outro “em seu próprio mundo” (STEIN, 1998, p. 78).

Já a noção de mundo da vida (Lebenswelt), em Husserl, aparece enquanto crítica ao método científico, no qual a realidade está desde o princípio sujeita a métodos e epistemologias determinantes a partir de elementos previamente estabelecidos pela ciência natural. Em suas análises:

A ciência natural, embora investigue a totalidade das realidades, não trata [da questão] do mundo da vida pessoal, e mesmo a mais sutil teoria da ciência natural não dá conta do mundo da vida, simplesmente porque a direção temática que o pensamento do cientista natural segue em direção à realidade da vida é um caminho teórico, deixando desde o princípio essa questão de lado e apenas tratando disso a partir da tecnologia e a partir da aplicação da ciência natural à vida. [...] O mundo da vida é o mundo natural - na atitude da vida natural, somos sujeitos vivos atuantes junto a outros sujeitos atuantes em um círculo aberto. (HUSSERL, 1952, p. 374-375).

O mundo da vida, portanto, refere-se à vida e à realidade que é compartilhada entre sujeitos na qual todos agem como pertencentes ao mundo comum sem, contudo, “a ambição de tudo teorizar” (HUSSERL, 1952, p. 135, p. 108). A crítica ao método científico não significava, todavia, uma redução da experiência a um efeito de causas físicas ou históricas. O que a fenomenologia de Husserl visa é a concentração no estudo daquilo que se apresenta. Sem o fazer com um olhar pré-existente, apriorístico, mas sim como o próprio significado trazido pela palavra fenômeno: aquilo que pode ser visto. Ou seja, propõe-se a olhar algo tal como aparece, não o considerando objeto dado, e ao invés disso buscando-o na sua qualidade fenomênica, daquilo que enquanto fenômeno se dá a conhecer.

A palavra fenomenologia exprime uma máxima que se pode formular na expressão ‘as coisas em si mesmas!’ – por oposição às construções soltas no ar, às descobertas acidentais, à admissão de conceitos só aparentemente

verificados, por oposição às pseudo-questões que se apresentam muitas vezes como problemas ao longo de muitas gerações (HUSSERL, 1958, p. 57).

O caminho fenomenológico pressupõe uma tarefa elementar que “não é uma coisa tão trivial como se apenas houvesse que olhar, simplesmente abrir os olhos” (Husserl, 1990, p. 33). Compreende-se que para Husserl o propósito da Fenomenologia é, além de abrir os olhos, olhar novamente. Ele acreditava na constituição de um método distante das ciências naturais e na superação de “realidades já configuradas”. Criticava a atitude natural, ou seja, as crenças inquestionáveis e juízos imediatos do mundo e das coisas. A partir de então, sugeria uma atitude fenomenológica – a dúvida, a reflexão do mundo e das coisas que apontariam para uma busca de sentido. Assim, o homem estaria desvinculado de qualquer axioma ou sistema que se afaste da essência das coisas, tornando possível uma aproximação com o fenômeno, na forma como ele se apresenta.

Husserl (1952) caracteriza essa postura, frente àquilo que se mostra, de atitude antinatural, a qual consiste em reduções fenomenológicas, um constante exercício de abandono à hipostasias essencializantes do universal para que, assim, o fenômeno se dê em seu campo de mostraçã e, em uma atitude fenomenológica, a aproximação a ele aconteça. Husserl tenta, pela intencionalidade, dissipar hipostasias realistas e idealistas que predizem a origem do comportamento humano, seja pela via da interioridade, seja pela via da exterioridade.

Constituído na relação com o mundo da vida, ao ser humano torna-se inevitável a relação com o outro. Para Husserl, o lugar de evidenciação do mundo é a consciência, o eu subjetivo que reconhece outro eu a partir do ato de consciência denominado empatia (CADENA, 2015). Através da entropatia é possível compreender e acessar, mesmo que de modo não originário, o sentimento do outro. Ainda que haja dissonâncias ou que se atribua um juízo de valor, é anterior ao reconhecimento do sentimento que permanece sendo do outro enquanto vivência, mas que é compartilhado através do que Scheler (2004) chama de “sentir com o outro” (p.128).

Considerando as relações como um espaço entre um humano e outro que pode favorecer o desenvolvimento de sentidos, afetos e conexões, a experiência do ser e sua interação com o mundo é refletida por Heidegger como preliminar a qualquer noção de interioridade já que o ser não cabe objetificação como sujeito ou subjetividade. O ser não pode ser definido, pois aquilo que o ser humano é está sempre em jogo com seu existir.

A investigação sobre o ser humano iniciada em Husserl foi ampliada por Heidegger que reflete a necessidade de aproximação ao sentido do ser. Para ele “a impossibilidade de se definir o ser não dispensa a questão de seu sentido, ao contrário, justamente por isso a exige” (Heidegger, 1988, p.29).

Embora, a perspectiva fenomenológica-hermenêutica, não trabalhe com as noções de subjetividade e consciência tal como preconizadas por Husserl, as abordagens fenomenológicas e existenciais na psicologia circunscrevem significativa relevância nas transformações históricas e na concepção de homem. Os conceitos de entropia, mundo da vida e vivências levantados nesta seção deram início, historicamente, à desconstrução da noção substancialista de alma humana ao deslocar a questão metafísica que interroga o homem quanto à sua quiddidade e também constituem, neste trabalho, o caminho inicial da reflexão dos modos diversos e indefinidos de ser e estar no mundo já que ocupam posição crítica em relação aos projetos cientificistas da psicologia moderna.

2.1 A hermenêutica fenomenológica do ser-no-mundo-com-os-outros

A compreensão existencial em Heidegger promove uma extensão do pensamento de Husserl. “Heidegger para escapar da ideia do eu como substância encapsulada tal como o fez a ciência, refere-se ao *dasein*” (FEIJOO, 2008, p. 2). O *dasein* é atributo do ser-aí constituído em um jogo de próprio e impróprio, no qual estar lançado às suas possibilidades é de caráter próprio, e a impropriedade é a determinação do que o ser-aí é, a impessoalidade e o esquecimento de suas propriedades.

Em *Ser e Tempo*, Heidegger (1988) refere-se à existência humana a partir da utilização do termo *dasein* (traduzido para o português como ser-aí), cujo significado pretende substituir a palavra sujeito, um eu substancializado, e alcançar a noção de existência (ser), situada por um espaço específico realização de si mesma (aí), ou seja, um termo que descreve o ser em relação. Assumindo um posicionamento existencial, Heidegger defende que a essência do ser-aí é a própria existência em sua incompletude ontológica que o constitui como um poder-ser.

Nesse sentido, a existência é *ek-sistere*, ou seja, é um existir na condição de lançado ao mundo, para fora. Cardinalli (2012, p. 54) diz que essa condição do ser-aí “não tem como qualidade o estar aberto, mas ele é esse estar aberto ou clareira que

possibilita perceber, compreender, entender e conhecer a totalidade dos significados de tudo o que é encontrado no mundo”.

Sendo o ser-aí sua própria abertura, é a partir dele mesmo que se abrem e se encerram suas possibilidades de ser existente, de ser histórico, de ser temporal. Ser-aí é o ser que, sendo, se responsabiliza e acolhe sua própria existência. Esta que, por sua vez, se constitui em um projeto entrelaçado de sentidos e significados com o mundo, de ser finita e de ser em relação ao outro.

O mundo é o espaço de realização do ser-aí, é o círculo hermenêutico no qual ele está desde sempre inserido. Nesse sentido, o eu não se dá sem um mundo, sem os outros ou mesmo sem suas estruturas ontológicas. Heidegger (1989, p. 170) afirma: “Na base desse ser-no-mundo determinado pelo com, o mundo é sempre o mundo compartilhado com os outros. O mundo da pre-sença¹ é mundo compartilhado”.

Heidegger substitui a noção do eu transcendental preconizada por Husserl pela compreensão de ser-no-mundo enquanto uma característica humana que difere o homem de outros entes, já que somente ao homem é possível compreender e significar o mundo:

A expressão “ser-no-mundo” traduz a unidade estrutural ontológica da existência. O Dasein é “mundano”, co-originário ao “mundo”, diferenciando-se dos entes simplesmente dados, “intramundanos”, mas destituídos de mundo. Por exemplo, pedras, árvores e animais estão no mundo, mas não têm mundo, isto é, não são aberturas de sentido, não se podendo dizer deles que “existem”. Mundo é abertura de sentido, contexto de significação, linguagem (MATTAR, 2005, p. 18).

Nesse sentido, ao homem só é possível existir em um mundo e junto dele. O co-pertencimento entre mundo e homem é dado desde o início, sem a ideia essencial de um ser-aí puro que se uniu ao mundo.

[...] ser-no-mundo não é uma “propriedade” que o pre-sença¹ às vezes apresenta e outras não, como se pudesse ser igualmente com ou sem ela. O homem não “é” no sentido de ser e, além disso, ter uma relação com o mundo, o qual por vezes lhe viesse a ser acrescentado (Heidegger, 1988, p.95-96).

A relação que o homem estabelece com o mundo não pode ser objetificada seja na experiência da maternidade ou fora dela, pois aquilo que o homem é está sempre em jogo com seu existir no mundo. Sobre essa integração e totalidade com o mundo, Heidegger explicita:

A expressão composta “ser-no-mundo” já na sua cunhagem, mostra que pretende referir-se a um fenômeno de *unidade*. Deve-se considerar este

¹ “Pre-sença” é o termo alemão em português utilizado nesta edição para traduzir o termo alemão Dasein.

primeiro achado em seu todo. A impossibilidade de dissolvê-la em elementos, que podem ser posteriormente compostos, não exclui a multiplicidade de momentos estruturais que compõem esta constituição. (HEIDEGGER, 1988, p. 90-91).

Romper com a ideia de interioridade psíquica não apenas possibilita o distanciamento da mãe ao contexto essencialmente biológico e inato, que a compreende enquanto instintiva, como promove uma aproximação da mãe ao contexto relacional que compõe e é co-originiário à sua existência. Arendt (1958) afirma que “não há mundo que não diga diretamente daquele ser e não há sujeito sem estar entrelaçado em uma teia de relações humanas” (p.194). Ou ainda, de acordo com Critelli (2006):

Quem alguém é não se constitui como um eu individual, pois o quem é um eu coexistente. Assim, no seu ser-no-mundo, a ação de cada homem, porque desdobrada sobre sua possibilidade originária de ser-com-os-outros, não é jamais individual. A produção de vida e de seu eu é uma produção coletiva (p. 70).

Os termos ser-aí e ser-no-mundo pretendem reposicionar o entendimento que versa sobre a existência de um eu interno, psíquico, egóico, que acessa por meio de suas faculdades mentais, um mundo externo que se contrapõe a ele. Diz Heidegger (1988, p. 170) “o mundo da pre-sença é mundo compartilhado. O ser-em é ser-com os outros. O ser-em-si intramundano destes outros é co-presença”. Desse modo, as possibilidades que se mostram ao existente não dependem de um esforço racional ou uma cognição sobre si ou sobre o mundo.

O ser-com-os-outros ultrapassa o estar cercado de outros seres, traduz a noção de coexistência com o mundo e de um ser que só pode aparecer ao existir. Nessa compreensão, o ser se revela como “poder ser, isto é, como desdobramento de possibilidades de ser em cada contexto de referência” (Cardinalli, 2015, p. 251). De acordo com Evangelista (2016, p.10), “existir é compartilhar mundos que já revela o caráter de ser-com da existência”.

Ao mesmo tempo em que a existência abarca infinitas possibilidades de ser-no-mundo-com-os-outros, projetando-se ao futuro, também é envolvida pelo ter-sido e pelo presente. Para Cytrynowicz (2018) “compreender cada ser humano se faz, sempre, que se compreender também a sua história. Ser humano é essencialmente construção de sua própria história” (p. 74). Considerar o ser enquanto ser-no-mundo não é o mesmo que desconsiderar sua singularidade e especificidade, é considera-lo em seu conjunto existencial, “(...) pois a humanidade não nos é dada apenas no

singular, mas também no plural; não existimos, coexistimos” (CRITELLI, 2011, p.40). Ainda de acordo com a mesma autora:

A especificidade de cada ser humano não pode ser determinada por sequencias causais de experiências psicológicas, isoladamente ou em si mesmas. Os sentidos e os acontecimentos envolvem a totalidade existencial histórica em cada caso. (p. 74).

Dizer que um ser é histórico e relacional, neste contexto, significa abarcar sua trajetória singular, sua historicidade no mundo, a temporalidade social e histórica que são inerentes à experiência humana. Proceder a uma investigação fenomenológica da experiência materna é considerar a intencionalidade constitutiva do existir, em um movimento transcendental, voltado para fora e em copresença com o mundo que se dá em todos os atos: dormir, acordar, alimentar-se, irrita-se, gestar, etc.

De acordo com Ponty (1990) os múltiplos atos expressivos do homem podem ser percebidos em seu contexto relacional e o sentido dos atos expressivos não se dá nos signos, mas entre os signos. É um modo de ser próprio do humano que, em relação, funda e dá sentido às coisas.

Em cada um de seus modos de ser e, por conseguinte, também em sua compreensão do ser, a pre-sença sempre já nasceu e cresceu dentro de uma interpretação de si mesma, herdada da tradição. De certo modo e em certa medida, a pre-sença se compreende a si mesma de imediato a partir da tradição. Essa compreensão lhe abre e regula as possibilidades de seu ser. Seu próprio passado, e isso diz sempre o passado de sua “geração”, não *segue* mas precede a pre-sença, antecipando-lhe os passos (Heidegger, 1986, p.48).

Em uma combinação complexa de indeterminação, possibilidades existenciais, e determinações ônticas, a experiência do existente é acompanhada desde o seu nascimento de elementos como: o tempo histórico, o modo de ser de uma comunidade específica, um corpo doente ou saudável, uma cultura instituída. Uma ambiguidade marcada pelo caráter ontológico da experiência humana, onde o ser é pura possibilidade e, simultaneamente, pelo caráter ôntico da existência que diz sobre o ser que já é, desde sempre, lançado em circunstâncias que o contornam e o limitam.

O ser humano se encontra sempre aí, “lançado” em um mundo prévio, sem tê-lo escolhido ou desejado, comprometido já desde o início com tudo o que ele pode significar em termos de restrições e oportunidades, sejam elas políticas ou religiosas, sociais ou econômicas (MICHELAZZO, 1999, P. 132).

A partir dessa ideia, a relação e expressão da mulher na maternidade é pensada como um vir-a-ser e uma totalidade de significados, envolvidos em uma tecitura histórica, e não como fruto de eventos biológicos ou isolados em si. A partir

da fenomenologia-hermenêutica é indicado um caminho de conhecimento da estrutura do ser, ou melhor, de seu sentido. Para tanto, é preciso considerar como ponto de partida, tal como levantado neste trabalho, sua facticidade do mundo, da vida e de sua historicidade.

Chegar aos sentidos vividos na maternidade não é o objetivo, considerando que esses sentidos são múltiplos, diversos e indefiníveis. O que se pretende, portanto, é abrir espaço para isso que é da ordem da possibilidade, sem apriorizar sentidos ou modos de ser. O poder-ser e mundo foram articulados nesta seção através de uma hermenêutica fenomenológica que conclui, a partir de Heidegger (1988, p.30): “A procura ciente pode transformar-se em “investigação” se o que se questiona for determinado de maneira libertadora.”

2.2 Outras possibilidades para o ser mulher na contemporaneidade em uma perspectiva psicológica existencial

Sem perder de vista o recorte social e histórico adotado neste estudo e as grandes mudanças que marcaram a família de classe média ocidental, os temas e marcadores sociais que permeiam essa história foram afetados tanto quanto a ideia de família, pois foram postos tradicionalmente enquanto constituintes da mesma. São eles: casamento, filhos, maternidade, divórcio, maternidade e o próprio ser mulher.

Giddens (1993) afirma que “a criação do lar, a mudança na relação entre pais e filhos, a “invenção” da maternidade” (p. 53) colaboraram para a naturalização da maternidade e retiraram da mulher a possibilidade de não o ser, já que o ser mãe aparece como uma proposta de constituição de si como mulher.

Diante do descompasso entre o que as ciências naturais, a sociedade contemporânea e as perspectivas psicologizantes preconizam enquanto realidade para a experiência materna e a forma como estas, efetivamente, são vivenciadas – permeadas por ambivalências, conflitos e antagonismos –, pode-se pensar nos modos multifacetados de manifestação da experiência materna. Uma proposta diferente para pensar a maternidade sem que privilegiar nenhum desses termos, seja ele o biológico, o ambiental ou o psíquico, é dar relevo ao que Ponty (1990) chama de unidade psíquico e social envolvidos no processo existencial.

Discutir a maneira como as perspectivas fenomenológicas e existenciais retomam a questão das determinações biológicas, ambientais e psíquicas, passa por

uma análise crítica às psicologias que tomam a experiência materna como naturalmente dada. A perspectiva existencial, tal como tomada neste texto, considera a ressalva de Feijoo e Mattar (2014) a esse respeito:

Cabe ressaltar que, o termo existencial, não se pretende referir, como é comum no âmbito da psicologia, ao efetivamente presente. Se assim fosse, recair-se-ia em uma hipostasia do espaço. Existencial, tal como tomado pelos filósofos que pensam o espaço de realização do existir, diz respeito às possibilidades mais originais daquele que existe no seu encontro, também originário, com o mundo.

As psicologias científicas tem buscado respostas racionalistas, empiristas, psicanalíticas, onde o homem pode ser compreendido a partir de determinações biológicas, ambientalistas ou psíquicas. Nesse sentido, o pseudônimo de Kierkegaard, Haufniensis, diz: “logo que se quer falar cientificamente sobre o egoístico [o singular] tudo se dissolve em tautologia” (Kierkegaard, 2010, p.85), não se chegando a acessar o existente em sua singularidade. Haufniensis diz que a ciência tem demonstrado dificuldade em falar do eu sem recair em:

Enunciados inteiramente gerais. E esse é o prodígio da vida, que qualquer ser humano que presta atenção a si mesmo sabe o que nenhuma ciência sabe, dado que ele sabe quem ele mesmo é, e isso é o que há de profundo na sentença grega conhece-te a ti mesmo, que há muito tem sido comprometida à maneira alemã, relacionada a autoconsciência pura, a quimera do idealismo (Kierkegaard, 2010, p.65).

Na obra *Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade*, Rose (2011) discute o individualismo da sociedade ocidental moderna e refere-se a perspectivas teóricas que se norteiam por uma configuração do humano como “universal, estável, unificado, totalizado, individualizado, interiorizado”, diz que “a ideia de ‘eu’ entrou em uma crise que pode muito bem ser irreversível” (p.137). Nesse sentido, destaca a importância de dar voz e vez para a multiplicidade existencial, desarticulando a concepção do humano como ser substancializado.

Chimamanda Adichie (2019), traz no livro que foi adaptado de sua participação no TED Talk, “O perigo de uma história única”, reflexões sobre os riscos que correm as peculiaridades de um povo e a sociedade em geral ao disseminar uma história única, previamente determinada, estereotipada e imutável acerca de uma determinada realidade. Para a autora, a história única apaga a história real, a experiência vivida e a diversidade de um povo, em especial os mais vulnerabilizados socialmente – pretos, pobres, mulheres, estrangeiros, por exemplo.

A autora, é uma mulher nigeriana de classe média, que relata ter encontrado sua voz autêntica quando deixou de ouvir a história única que, por anos, generalizou a sua existência, e passou a se debruçar sobre o conhecimento de si mesma, das origens do seu povo e de sua cultura. Entretanto, como destacado por ela, romper com tais determinações não tem sido um processo simples e linear.

Adichie, parte de sua experiência pessoal para situar os lugares pré-ditos em que teve sua existência foi posicionada antes mesmo da anúncio do seu corpo. A autora se intitula contadora de histórias e pontua que escreve desde a infância. Não uma escrita de histórias quaisquer, mas histórias que acompanhavam com exatidão aquilo que outrora foi lido por ela. Suas personagens, por exemplo, compartilhavam das mesmas características dos personagens americanos e britânicos presentes nos livros em que acessava na infância, eram brancos de olhos azuis, brincavam na neve e comiam maçãs.

Morando na Nigéria e sem nunca ter estado fora de seu país, Adichie relata que sequer sabia o que era neve ou qual o gosto de uma maçã. As personagens estrangeiras conhecidas por ela através dos livros americanos a convenceram, por muitos anos, de que a natureza dos livros era seu estrangeirismo. O que, em alguma medida, também a colocava em posição de estrangeira de si mesma, já que não conseguia se identificar com o que estava posto naquelas literaturas. A autora situa que a grande mudança em sua perspectiva se deu quando descobriu escritores africanos e, a partir deles, a possibilidade de existência e reconhecimento de si mesma no mundo literário. Para ela, a descoberta dos escritores africanos a salvou de ter uma única história sobre o que os livros são.

Como eu só tinha lido livros nos quais os personagens eram estrangeiros, tinha ficado convencida de que os livros, por sua natureza, precisavam ter estrangeiros e ser sobre coisas com as quais eu não podia me identificar (ADICHIE, 2019, p. 13).

Quando, aos dezenove anos, vai estudar nos Estados Unidos, Adichie descreve como seus colegas ficavam chocados ao vê-la falar inglês fluentemente. Seus colegas, imbuídos da história única de catástrofe sobre os países africanos, não sabiam que o que o inglês era o idioma oficial da Nigéria e que, não só o idioma de Adichie, mas suas preferências estavam cercadas de estrangeirismos. A história única de catástrofe impossibilitava os africanos de serem vistos em suas diferenças e também em suas semelhanças. No aspecto semelhante e igualitário, a autora sinaliza

para a conexão de um humano para outro em que a possibilidade de falar por si mesmo é a mesma para todos.

Minha colega de quarto tinha uma história única da África: uma história única de catástrofe. Naquela história única não havia possibilidade de africanos serem parecidos com ela de nenhuma maneira; não havia possibilidade de qualquer sentimento mais complexo que pena; não havia possibilidade de uma conexão entre dois seres humanos iguais (ADICHIE, 2019, p. 17).

Adichie conta que, ao escrever um romance como aluna de uma faculdade americana, foi pontuada por um professor sobre a autenticidade de seu romance já que suas personagens não eram famintas, dirigiam carros, eram educadas e de classe média. O que o professor de Adichie categorizou como autenticamente africano era uma histórica única sobre um povo que, diferente de como ele concebeu, é plural em sua cultura, em seus gestos, em seus modos de ser.

A autora diz que a receita para criar uma história única é mostrar um povo como coisa dada e, somente isso, repetidamente, até que eles se coisifiquem. Ou seja, até que eles se tornem o que foi dito que são. O que ela chama atenção, nos relatos percorridos ao longo do livro, é para a necessidade de se falar sobre a lógica de poder presente no mundo econômico e político que acompanha a história da humanidade e se faz presente também na atualidade. Para Adichie (2019), “o poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva” (p. 23).

De acordo com a autora, este mundo é regido pelo princípio do “nkali”, que na tradução trazida por ela, significa ser maior que o outro, onde quem conta a história detém o poder de torna-la definitiva. Assim sendo, a história única fala da perspectiva de quem a conta, no momento histórico em que é contada e quantas vezes é contada até que torne essa história uma história única sobre quem é narrado.

Dizer que africanos são agressivos, americanos são serial killers, mulheres e crianças são incapazes, mães possuem um saber instintivo, ou ainda, que mulheres nascem para serem mães, é perpetuar histórias únicas. É, em alguma medida, negar a experiência como espaço de abertura, negligenciando histórias que só podem ser contadas por seus próprios autores e, quando generalizadas e massificadas, destituem a pessoa de seu ser e coisificam a experiência transformando-a em objeto estereotipado. O problema das histórias únicas sobre mulheres, crianças e sobre a maternidade não está na veracidade do que é posto, mas na incompletude e generalização de histórias plurais em uma única história.

Há outras histórias que compõem a experiência materna que se resumem ao amor incondicional que acompanha a mãe antes, durante e após a gestação. Que permitem à mãe o acesso a outros afetos não naturais e, ainda assim, autênticos. Há modos distintos de ser mãe que ultrapassam posicionamentos de sexo, raça, religião, orientação sexual. Ou que compreendem a família e a mãe diferente daquilo que é posto comumente, para além de uma mulher cis hétero dentro de uma estrutura familiar pertencente a um homem cis hétero. De acordo com Adichie (2019), a história única dificulta o reconhecimento da vivência compartilhada característica do humano. Para ela, abrir espaço para a escuta das histórias plurais é também abrir espaço para a dignidade humana.

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (p. 32).

Se, em movimento contrário à história única, a psicologia ousa se debruçar sobre o existir em seu modo singular pode, então, encontrar a pessoa pois “só o indivíduo singular o pode explicar na qualidade de indivíduo singular” (Kierkegaard, 2010, p.84). Para Heidegger (1988), relacionar-se com o mundo é também uma relação consigo mesmo. Na psicologia fenomenológica-existencial, fundamentada no pensamento de Heidegger acerca do ser-aí da mãe, os comportamentos, sentimentos, vivências e experiências, em geral, se relacionam com as coisas que se encontram no mundo que cada mãe é, ao seu modo de manuseio. Para Feijoo (2015, p.148):

A manualidade é um caráter do ser-aí a partir do qual algo pode se mostrar como algo, ou seja, é por meio deste caráter que algo pode ganhar sua determinação. Essa característica acena para o caráter usual prático do existir, em que uma coisa só pode se determinar como ela é a partir do manuseio e uso prático. Devemos esclarecer que até mesmo a mão se mostra como mão a partir do caráter de manuseio do existir, ou seja, uma criança não nasce sabendo o que mão significa, tal determinação se mostra a partir da familiaridade e do uso com aquilo que chamamos de mão. O mesmo se dá para conceitos abstratos tais como mãe, família, lúdico.

Em uma perspectiva científica ou do senso comum, o existente e a vida são pensados em uma cronologia em que a morte é considerada a reta final e o nascimento, o início. Uma teoria do nascimento presume que algo nasce para depois existir, de acordo com suas determinações biológicas. Tais teorias postulam uma hierarquia do corpo biológico versus psiquismo (Heidegger, 2008). O que, ampliando para a experiência materna, também significa uma hierarquia do que é pretensamente

biológico-instintivo (procriação) sobre a existência da mulher. Para Stein (2012, p.106) “a condição causa-efeito ‘violenta’ a existência humana, pois a ignora”.

Estas considerações acerca da vida enquanto uma linha quantitativa de experiências, que soma caracterizações a serem conquistadas não permitem que a mulher e a mãe se mostrem em suas reais condições. A partir do momento em que o ser-aí existe, em seu caráter intencional, está sempre direcionado para, e, desse modo, prescinde de qualquer teoria inatista sobre a maternidade. Os atos, neste caso da mulher, encontram-se orientados, mas não significa dizer que estão necessariamente orientados a uma finalidade específica (maternar).

Para Heidegger (2008) essa orientação do ser-aí “significa em geral estar – direcionado a..., estar-direcionado-para..., estar direcionado para fora de” (p.131). Essa interpretação diz respeito à intencionalidade do ser em seu lugar de articulação. Sendo, para a experiência materna, uma possibilidade para a mulher, não uma determinação. E, ainda enquanto possibilidade, uma experiência irrepetível.

Ao sair desse modo hegemônico de compreender a experiência humana, há um distanciamento de todo o enredo que perpetua a história da mulher como história única e uma proximidade das histórias que sequer foram contadas. Quando um bebê do sexo feminino nasce, ele não está definido em absoluto por nada. O que está presente em seu nascimento são compreensões prévias e impessoalmente determinadas que o orienta para um modo de estruturar sua existência. Entretanto, seu caráter de indeterminação e poder ser aparecem e permanecem acompanhando essa existência como um anúncio de outros inúmeros modos possíveis de experimentá-la.

Essa tendência em acompanhar a cadência do mundo que é posta ao existente já ao nascer pode levar à crença de que as orientações que estão sedimentadas em um determinado horizonte histórico são verdades únicas e inquestionáveis. Ou, como Adichie (2019) fomentam, perigosamente, a criação da história única.

Às mulheres ocidentais não foi possível, por longo tempo cronológico e histórico, uma vida profissional, ou mesmo uma vida sem um homem para predizer seus passos. O casamento, a maternidade, o servir traçaram destinos e unificaram histórias criando e sustentando determinismos positivistas, em que também se incluem algumas perspectivas psicológicas, que deslocam o ser para um meio abstrato, fragmentando-o em compartimentos isolados e destituídos de possibilidades.

O reflexo disso na atualidade se faz na queixa recorrente de mulheres que, mesmo diante de inúmeras possibilidades, como por exemplo, de ter filhos mesmo que solteiras, de não os ter, de ascender na vida profissional, entre outras, ainda sofrem pelo fato de considerarem a experiência materna uma validação do ser mulher, ou ainda, por acreditarem na ideia de amor materno instintivo, como um afeto que nasce junto com o filho e, ainda, como único afeto possível de ser sentido ou vivido.

Muitas se referem à estranheza de si mesma por não experimentarem o amor materno, tal qual preconizado nos filmes, livros, contos e enunciados sociais e se frustram pelo projeto idealizado que não se concretiza. Esse projeto diz respeito à constituição de uma família, a um saber materno inato, a um modo de sentir que começa e termina no amor. Diante dessa situação, muitas outras se desdobram, tais como o sentimento de culpa, não pertencimento, impotência. Essas mulheres, muitas vezes, se perguntam o que há de errado com elas e sofrem com o que consideram anormal e, por vezes, patológico.

Para Feijoo (2015), em uma perspectiva existencial em psicologia, não é o biológico ou o psíquico que determinam os modos de ser humanos, mas estes se constituem pelas interpretações desses componentes que são concebidos em um determinado horizonte histórico. Nesse sentido, a autora traz que nenhuma identidade caracteriza o feminino, sendo no próprio existir com o mundo que as identidades podem ser construídas e também cristalizadas.

Seguindo essa discussão, uma perspectiva existencial abandona totalmente a teoria de uma estrutura psíquica como base de todos os sentimentos, pensamentos e ações humanas, abrindo espaço para o acompanhamento dos fenômenos, das experiências e dos sentidos atribuídos a elas. Ao abandonar a ideia de castração, própria do pensamento psicanalítico, é possível dar voz às mulheres que não querem ser mães, às mães que querem ser mulheres também e aos diversos sentimentos e sentidos que ficam aprisionados quando se parte de uma estrutura psíquica estática.

Assim, a importância de um profissional da psicologia como aquele que compreenda a existência em seu desvelamento de possibilidades facilita, dentro e fora da clínica, o encontro da mulher a outras possibilidades que se aparecem na gênese existencial como, por exemplo, de não ser mãe. E, sendo a mãe, de poder ser a que se é dentro que pode ser, sem precisar responder às solicitações hegemônicas presentes em seu horizonte histórico que sugerem um sentir e um fazer instintivo. Ou, com base no que diz Fogel (2010), que possa sustentar o descompasso entre o que se quer ser e o que se pode ser.

Em concordância ao pensamento de Stein (2012), um caminho possível para fazer uma relação clínica diferente, em que a figura do psicólogo e o saber psicológico não impera, consiste na “preservação da singularidade do indivíduo, ao mesmo tempo, a possibilidade de pensa-lo em sua generalidade, tal como é desenvolvida em Ser e Tempo, põe-nos em uma relação clínica diferente” (p.107).

3. UM OLHAR FENOMENOLÓGICO SOBRE OS SENTIDOS CONSTRUÍDOS

De modo a identificar o que investigam os estudos em psicologia na atualidade acerca do fenômeno instinto materno, foi realizada uma revisão sistemática na base de dados Portal de Periódicos CAPES no mês de janeiro de 2024. O Portal de Periódicos CAPES é uma base multidisciplinar de trabalhos acadêmicos e científicos que dispõe acesso livre e gratuito a alunos, professores, pesquisadores e funcionários de instituições federais de ensino superior e demais instituições vinculadas. A busca se deu através do acesso CAFE (Comunidade Acadêmica Federada), por meio do mesmo usuário e senha utilizados como login no portal da instituição a que pertence esta pesquisadora, a saber: Universidade Federal do Maranhão.

A base citada foi escolhida em função de sua representatividade, democratização do acesso à informação científica e por possuir demasiado grau de abrangência, contribuindo significativamente na procura por artigos relacionados à temática. Procedeu-se a uma localização, análise, síntese e interpretação das investigações sobre o modo como o instinto materno foi pensado ao longo da história. A busca foi realizada a partir da escolha das palavras-chave “mulher”, “maternidade”, “psicologia” e “Brasil”. Esta combinação de descritores foi definida após um vasto processo de pesquisa e testagem de descritores, considerando que as buscas feitas a partir do descritor “instinto materno” não localizaram nenhum estudo. Apesar disso, manteve-se neste trabalho a referência ao fenômeno a partir do termo “instinto materno”, considerando que as leituras feitas apontavam para este sentido, ainda que através de outras terminologias.

A amplitude dos termos e critérios de busca compõem a postura assumida neste trabalho que compreende o desvelar de fenômenos enquanto processo que só se descortina na relação entre a pesquisadora e a pesquisa. Foi somente a partir desta relação profunda com a temática que a autora pôde construir não só os descritores

aqui citados, mas também as investigações e análises em que este trabalho se debruçou.

De acordo com Critelli (2006), fazer pesquisa é o “talhamento de olhar” (p.17) acerca do fenômeno a ser investigado. O olhar utilizado neste estudo parte de um referencial fenomenológico norteado por uma compreensão aproximativa do objeto de investigação, que a partir de uma proposta fenomenológica já não é visto como objeto, mas como fenômeno.

Esta proposta pretende alcançar uma modalidade de atuação em pesquisa e, sobretudo, em psicologia em que os estereótipos e as verdades absolutas são destruídos fenomenologicamente. Nesse modo de saber e fazer pesquisa em psicologia, aquilo que aparece na qualidade de fenômeno é visto, revisto e transformado a todo momento.

No processo de seleção dos estudos, observou-se a limitação das pesquisas quanto à área de conhecimento. Os estudos relacionados à maternidade são produzidos, em sua maioria, pela área de enfermagem. Também foi possível verificar que o ponto nevrálgico dos trabalhos feitos sobre a temática está nos fenômenos de gestar e parir, ressaltando o viés biomédico dominante.

Os critérios de inclusão foram definidos, portanto, a partir da aproximação e testagem de possibilidades que os descritores iniciais promoveram junto à questão central desta pesquisa: “O que investigam os estudos brasileiros em psicologia sobre o fenômeno instinto materno?”. Optou-se por estudos brasileiros, em língua portuguesa, revisados por pares e publicados nos últimos vinte anos. Como critérios de exclusão foram definidos os estudos em língua estrangeira e estudos que não enfatizavam em suas análises a temática da maternidade.

A pesquisa inicial reuniu dezesseis artigos. Após a exclusão de três artigos em língua estrangeira, que fugiam do recorte das pesquisas brasileiras, foram lidos os treze resumos dos artigos restantes. Os oito estudos que não atendiam à questão central da pesquisa também foram excluídos após leitura de seus resumos, sendo mantidos cinco artigos para leitura integral.

A partir das reflexões heideggerianas propostas por Maux (2014) para fins de pesquisa, a investigação fenomenológica procedeu-se em momentos: posição prévia, visão prévia e concepção prévia. O primeiro, posição prévia, trata das ideias iniciais que a pesquisadora possui sobre o fenômeno. Neste trabalho refere-se à visão da autora sobre o que é o instinto materno e de onde partem suas inquietações a respeito do fenômeno.

A posição prévia, de onde parte a pesquisadora para questionar o fenômeno instinto materno, está circunscrita na hermenêutica existencial da autora. É a interpretação de mundo acessada a partir de sua experiência clínica no atendimento a mulheres com queixas relacionadas à maternidade, sendo estas mães ou não. A escuta terapêutica de questões relacionadas aos sentimentos de culpa, ansiedade, raiva, angústia, estranhamento de si, além da busca no espaço psicoterapêutico por um diagnóstico, chamaram atenção da autora e geraram uma pré-compreensão acerca do fenômeno.

Na escuta clínica destas mulheres, notou-se uma queixa comum que se refere à preocupação destas com sua sanidade mental por não sentirem espontaneamente o desejo de gerar, parir, cuidar ou amar por não sentirem amor incondicional pela maternidade. Frequentemente traziam referências sociais que sugerem a relação embrionária entre o ser mulher e ser mãe, onde o ser mulher passar por um processo de validação e conquista que só é possível a partir da experiência da maternidade. Outras referências, como a relação biológica e vínculo mãe-bebê também apontavam para a direção de que a mulher é, naturalmente, inclinada para o exercício da maternidade.

Outro cenário também constituiu o ponto de partida desta análise: a experiência pessoal da autora enquanto mulher, psicóloga, mãe e pesquisadora. As diferentes versões que constituem sua existência são, neste estudo, inegáveis exercícios de apropriação de si mesma já que, em leitura fenomenológica, não se pretende a separação entre o pesquisador e a pesquisa. Em uma análise fenomenológica, é através do encontro entre o pesquisador e o fenômeno a ser estudado que o processo de elaboração da pesquisa é construído. Ainda que inicie com ideias pré-concebidas, é na experiência de contato, na relação do pesquisador com a temática a ser interrogada, que se faz possível o desvelar dos fenômenos. Conforme descreve Critelli (2006), “investigar é sempre colocar em andamento uma interrogação” (p. 27).

Tais interpretações, oriundas do setting psicoterapêutico e da experiência pessoal da autora, são parte de sua posição prévia e de sua movimentação hermenêutica sem que se tais compreensões prévias se fechem em verdades absolutas, outrossim, constituem uma abertura de possibilidade de questionar e, portanto, reconhecer os múltiplos sentidos envolvidos. Heidegger (2009, p.69) fala sobre o processo de interpretar a partir da seguinte reflexão:

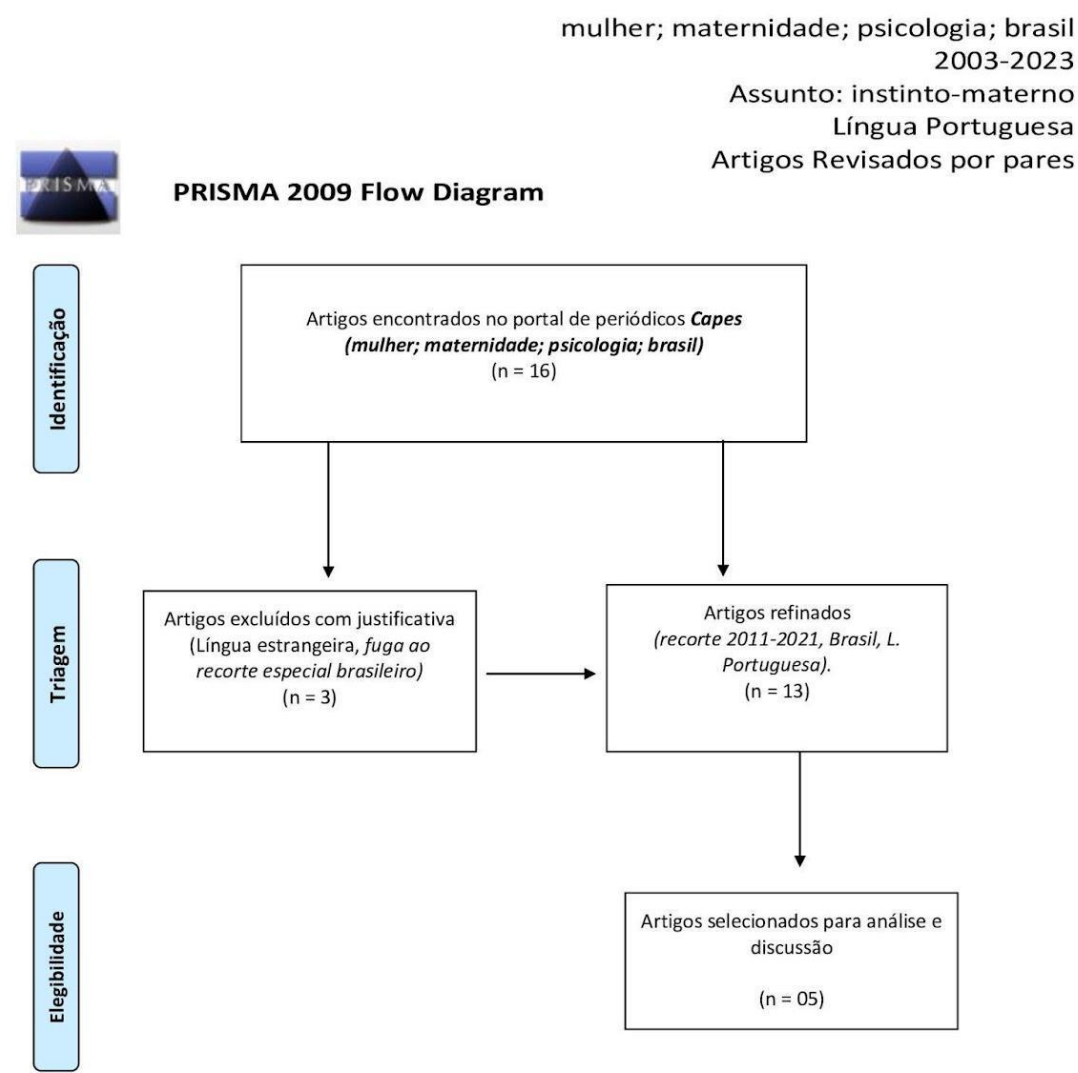
Toda relação de pergunta e resposta move-se inevitável e constantemente em círculo. Só que não é um círculo vicioso, um círculo que deveria ser evitado por ser supostamente errado. Antes, o círculo pertence à essência de todo perguntar e responder. É possível que eu já tenha um conhecimento daquilo pelo que pergunto, mas isso não quer dizer que eu já reconheça explicitamente aquilo pelo que pergunto, reconhecer explicitamente no sentido de ter apreendido e determinado tematicamente.

Nesse sentido, a posição prévia não é um lugar fechado em si mesmo, mas abertura de possibilidade a um caminho a ser percorrido. É através da relação afetiva com as coisas e as pessoas que surgem neste caminho que o encontro entre a aparição dos fenômenos e compreensão dos sentidos acontece. Entendendo que a posição prévia não trata de um lugar estático e inalterado, tem-se o segundo momento desta pesquisa: a visão prévia.

A *visão prévia*, diz sobre a compreensão dos novos sentidos sobre o fenômeno que foram possíveis a partir do processo de seleção dos textos, definição de descritores, critérios de inclusão e exclusão, leitura e recortes do fenômeno a partir daquilo que a pesquisadora considerou significativo em um processo de delimitação da temática. Neste momento da pesquisa, a autora realizou a leitura dos dezesseis resumos encontrados na primeira busca a partir dos descritores “mulher”, “maternidade”, “psicologia” e “Brasil”. Após considerar os critérios de inclusão e exclusão acima mencionados, os cinco artigos restantes foram lidos integralmente e relidos até que fosse possível à pesquisadora a compreender os sentidos disponibilizados pelos autores em suas análises.

Na Figura 4, observa-se o processo de busca empregado, onde constam as seleções dos artigos e critérios utilizados no caminho de análise percorrido para aprofundamento dos estudos.

FIGURA 4 - Seleção de estudos sobre o fenômeno instinto materno



From: Moher D, Liberati A, Tetzlaff J, Altman DG, The PRISMA Group (2009). Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. PLoS Med 6(7): e1000097. doi:10.1371/journal.pmed1000097

For more information, visit www.prisma-statement.org.

Fonte: Elaborado pela autora, conforme levantamento bibliográfico no portal de periódicos da CAPS.

Os dados dos cinco artigos foram extraídos e alocados em uma planilha de Excel, em que constam informações das pesquisas como: nome dos autores, nome do estudo, objetivo, tipo do estudo, instituição, local e ano de publicação, conforme sintetizado na Tabela 1.

TABELA 1 – Descrição de características dos estudos revisados

Autores	Título	Objetivo	Tipo do estudo	Instituição	Local de publicação	Ano
Monique Souza Schwochow, Giana Bitencourt Frizzo	Retrospectiva da experiência de gestação de mulheres com depressão pós-parto: estudo comparativo	Compreender, de forma retrospectiva, a experiência de gestação de mães com e sem depressão pós-parto. As participantes foram seis mães, com idades entre 28 e 38 anos.	Quantitativo-Qualitativo, realizado por meio de entrevistas e questionários	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Periódicos científicos eletrônicos da PUC-RS – Revista Psico, Rio Grande do Sul, Brasil	2020
Leônia Cavalcante Teixeira, Flávia Soares Parente, Georges Daniel Bloc Boris	Novas configurações familiares e suas implicações subjetivas: reprodução assistida e família monoparental feminina	Discutir o significado da maternidade na contemporaneidade, tendo em vista o surgimento das novas tecnologias de reprodução assistida (RA).	Qualitativo, realizado por meio de revisão sistemática de literatura	Universidade de Fortaleza – UNIFOR	Periódicos científicos eletrônicos da PUC-RS – Revista Psico, Rio Grande do Sul, Brasil	2009
Sabrina Daiana Cúnico, Marina Valentim Brasil, Mariana Barcinski	A maternidade e no contexto do cárcere: uma revisão sistemática	Realizar uma revisão sistemática em bases de dados internacionais de artigos publicados entre 2003 e 2014, sobre a maternidade no cárcere.	Qualitativo, realizado por meio de revisão sistemática de literatura	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS	Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia – Rio de Janeiro, Brasil	2015

Luiza Lins Araújo Costa, Fern anda Cristina de Oliveira Ramalho Diniz, Ana Raquel Rosas Torres, José Luis Álvaro Estramiana	Representa ções Sociais da Mulher na Literatura Científica: uma Revisão	Identificar os espaços ocupados pela mulher e a influência das questões de gênero no campo de investigação na Psicologia Social: a Teoria das Representaçõe s Sociais (TRS).	Qualitativo, real izado por meio de revisão sistemática de literatura	Universida de Federal da Paraíba – UFPB e Universi dad Compluten se de Madrid - UCM	Revista Estudos e Pesquis as em Psicolog ia – Rio de Janeiro, Brasil	202 2
João Guilherme Rodrigues Mendonça, Paulo Rennes Marçal Ribeiro	Algumas reflexões sobre a condição da mulher brasileira da Colônia às primeiras décadas do século XX	Refletir a condição da mulher brasileira do período compreendido entre a Colônia e as primeiras décadas do século XX.	Qualitativo, real izado por meio de revisão sistemática de literatura	Universida de Estadual Paulista – UNESP	Revista Ibero- America na de Estudos em Educaçã o – São Paulo, Brasil	201 0

A organização das informações de cada trabalho dispostos na Figura 1 e na Tabela 1 permitiu a visualização com maior clareza dos objetivos propostos pelos autores, os principais pontos de suas análises e, especialmente, as relações, convergências e divergências apresentadas nos textos. A partir disso, uma primeira questão que se evidenciou como relevante nesta discussão é que, embora as buscas iniciais realizadas a partir da palavra-chave “instinto materno” não tenham localizado estudos e, nos artigos revisados não haja vinculação nominal entre as palavras instinto e maternidade, observou-se a utilização de outras terminologias que conduzem ao entendimento da maternidade prioritariamente em seu aspecto biológico e natural.

Por conseguinte, a autora decidiu manter a terminologia “instinto materno” como fenômeno a ser analisado nesta pesquisa, considerando que este já se apresenta como parte do processo de investigação desde o início, ainda que as pesquisas não tenham localizado estudos nos termos citados. Constitui-se como fenômeno, inclusive, a ambivalência entre presença e ausência do instinto materno nas buscas. Ausência, pois, em sua terminologia, não houveram resultados encontrados. Presença quando, em seus sentidos, há também o seu desvelamento.

Em relação ao delineamento, quatro estudos utilizaram abordagens qualitativas em suas pesquisas, realizando-as por meio de revisão sistemática de literatura. Somente um estudo priorizou uma abordagem quantitativo-qualitativa e empregou método quantitativo para atingir os objetivos propostos. Embora as buscas feitas no Portal CAPES tenham compreendido o período de vinte anos (2003 a 2023), dos dezesseis artigos encontrados na primeira busca, a maioria das pesquisas (onze) datam menos de dez anos de sua publicação. Após o refinamento da pesquisa, dos cinco artigos restantes, três também datam de oito a dez anos de sua publicação.

Schwochow e Frizzo (2020) conduziram um estudo cujo objetivo foi compreender, de forma retrospectiva, a experiência de gestação de mães com e sem depressão pós-parto, para tanto, as mães foram inicialmente submetidas à instrumentos de avaliação diagnóstica referente a sintomas depressivos e outros transtornos psiquiátricos para que, posteriormente, fossem divididas em grupos de mães com e sem indicadores sugestivos de depressão pós-parto. Em seguida, foram realizadas entrevistas com o intuito de comparar a percepção da experiência da gestação entre os grupos.

Por meio da comparação dos casos entre o grupo de mães com depressão pós-parto (G1) e grupo de mães sem depressão pós-parto (G2), Schwowchow e Frizzo (2020) identificaram que não planejamento da gestação, a ausência de desejo pela gravidez e a falta de apoio do companheiro são fatores de risco para desenvolvimento da depressão pós-parto. As autoras levantaram, ainda, que as mães do G1 traziam em seu relato a vivência de conflitos conjugais, carência de rede de apoio nos cuidados com os bebês, dificuldade para lidar com as mudanças físicas do corpo e dúvidas sobre como educar as crianças. Já as mães do G2 apontaram o planejamento da gestação, o envolvimento do pai no processo gestacional e a rede de apoio familiar como parte da satisfação com a experiência de maternidade.

A mesma centralidade no desejo e planejamento da gestação foi apontada no estudo de Teixeira, Parente e Boris (2009), que teve como objetivo discutir o significado da maternidade na contemporaneidade, tendo em vista o surgimento das novas tecnologias de reprodução assistida (RA). A partir de uma análise psicanalítica do conceito de família contemporânea, os autores identificaram que a monoparentalidade feminina a partir da reprodução assistida inaugura novas possibilidades para as mulheres. Isto se dá pelo fato dos autores considerarem, a partir das noções da psicanálise, o desejo de ter filhos diretamente ligado à sexualidade e aos seus desdobramentos. Especialmente, no que diz respeito à

sexualidade da mulher, a sua relação com a figura materna e o desejo narcísico de imortalidade do Eu são exemplos de tais desdobramentos sugeridos pelos autores.

Ao discutirem as mudanças sociais que promoveram múltiplos arranjos familiares na atualidade, os autores trazem a possibilidade de pensar a maternidade a partir do desejo, sem que este seja reduzido a um fator biológico de gerar um filho, mas que seja compreendido a partir da escuta interdisciplinar do desejo. De modo que as perspectivas e olhares sobre a família, os homens, as mulheres, os pais e os filhos não sejam concebidas de maneira higienista, preconceituosa ou patologizante.

A valorização social da família também esteve presente nos resultados da pesquisa de Costa, Diniz, Torres e Estramiana (2022), que buscou identificar os espaços ocupados pela mulher e a influência das questões de gênero no campo de investigação na Psicologia Social. A partir de uma revisão sistemática de publicações científicas sobre as representações sociais da mulher no Brasil e América Latina, os autores verificaram a evidência persistente de desigualdade de gênero na sociedade com sustentação em bases ideológicas que defendem o estereotipado papel feminino voltado à maternidade, à família e ao ambiente doméstico, ainda que as discussões de gênero estejam cada vez mais presentes.

O estudo concluiu, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que embora mais escolarizadas, as mulheres têm menor inserção no mercado de trabalho e na vida pública. No campo da produção científica, inclusive no que diz respeito às publicações em Psicologia Clínica no Brasil, os resultados de pesquisas indicam que a participação das mulheres na ciência também é restrita, considerando que o tempo dedicado aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das mulheres em relação aos homens é mais que o dobro (21,4 horas contra 11,0 horas) de acordo com dados do IBGE do ano de 2021.

Também abordando a representação social da mulher brasileira tem-se o estudo de Mendonça e Ribeiro (2010) que buscou refletir a condição da mulher brasileira do período compreendido entre a Colônia e as primeiras décadas do século XX. A pesquisa demonstrou em seus resultados que o controle, o conhecimento e o domínio sobre o corpo da mulher revelam os caminhos trilhados pela igreja, pela medicina e pela sociedade desde o período colonial até o século XX. Os autores destacam que os comportamentos ligados ao gênero e à sexualidade foram construídos historicamente a partir de um discurso médico sustentado por um discurso religioso que constituiu, ao longo de décadas, lugar de manutenção do poder masculino.

Da mesma forma que os autores anteriormente citados, o estudo de Cúnico, Brasil e Barcinski (2015) buscou compreender a experiência da maternidade, todavia, no contexto do cárcere. As autoras buscaram analisar, a partir de bases de dados internacionais de artigos publicados entre 2003 e 2014, o impacto do encarceramento na vida das mulheres gestantes e como se dá a experiência de maternidade nestas condições. Tal qual mencionado nos demais estudos, os resultados da pesquisa evidenciaram o vínculo entre ideais conservadores associados à maternidade e a utilização destes como instrumentos de regulação legal e social.

Por fim, a pesquisa apontou, ainda, que a maternidade surge enquanto instrumento de controle não só para a mulher em condição do cárcere, mas também no encarceramento da vida das mulheres que não estão em situação de privação de liberdade perante a justiça. Isso porque, de modo geral, a maternidade se configura socialmente no personagem da mãe normativa, idealizada e naturalizada como provedora do bem-estar familiar. Mesmo para as mães apenadas, é mantido o interesse em reforçar a representação positiva da maternidade como possibilidade inata de ressocialização da mulher.

O caminho de análise e discussão dos periódicos foi percorrido através do que constituiu o terceiro momento da pesquisa: a concepção prévia. No processo de leitura e releitura dos estudos, os aspectos que mais se destacavam ou que se repetiam nos textos foram registrados como categorias de sentido. Tais categorias se referem a relação harmoniosa entre as partes dos textos com o todo, funcionaram como uma ponte de acesso entre a intenção dos autores, a mensagem transmitida por eles e os sentidos experienciados pela autora no que tange tanto o seu conhecimento prévio acerca do assunto, quanto sua posição existencial em relação a ele.

Nesse momento, foi articulado o que se compreendia antes sobre o fenômeno instinto materno com o que se deu a conhecer a partir do encontro com as pesquisas mencionadas anteriormente. Trata-se dos sentidos possibilitados pela interpretação construída a partir do encontro das ideias iniciais sobre o instinto materno, as diversas perspectivas levantadas pelos pesquisadores, as experiências vividas a partir das afetações que as sessões psicoterápicas com mulheres e suas narrativas proporcionaram à autora, bem como a partir do diálogo com a literatura fenomenológica sobre a temática pesquisada.

Para prosseguir com a análise dos textos, foi utilizada a compreensão de Heidegger (2009) sobre o termo análise que se refere a 'desfazer de uma trama em seus componentes', ou mesmo, 'soltar', 'libertar'. Conceitos que em muito se

conectam ao que outrora foi proposto pelos autores ao se referirem aos corpos femininos como destituídos de liberdade e, em seu sentido metafórico, algemados por amarras sociais. Nesta interpretação, analisar é o ato de libertar alguém que não está necessariamente encarcerado, mas, como enunciado pelas autoras Cúnico, Brasil e Barcinski (2015), passa por desconstruir mecanismos de controle que podem se dar dentro do cárcere mas estão, majoritariamente, fora dele.

A utilização da maternidade como meio de encarceramento, confinamento, controle, patologização e domesticação da experiência das mulheres foram destaques nas discussões feitas pelos autores das pesquisas aqui analisadas. A partir disso, que se repetiu enquanto ideia comum nos textos, e a partir do destaque de frases e palavras trazidas pelos próprios autores chegou-se a três categorias de sentido para análise: Família: unidade social indiscutível; Mães normativas e a patologização da experiência materna; A mulher, em sua condenação.

3.1 Família: unidade social indiscutível

Percebemos que a família continua a se impor como unidade social indiscutível, sendo, inclusive bastante reforçada em sua estruturação e nos seus modos de funcionamento, que já pareciam esquecidos ao pensamento sociológico (TEIXEIRA; PARENTE; BORIS, 2009, p. 25).

A primeira categoria de sentido aqui mencionada surgiu diante da comum percepção dos autores quanto à origem dos significados sociais atrelados à experiência da maternidade. Se a maternidade possui um berço, este certamente está circunscrito na noção primária de família. Teixeira, Parente e Boris (2009) afirmam que a família constitui um dos temas mais discutidos no campo das ciências humanas e de saúde, bem como nas políticas públicas, o que chama atenção para a evolução histórica desse conceito na sociedade.

Quando Mendonça e Ribeiro (2010) retratam a condição da mulher no Brasil Colônia, trazem à luz o forte papel da igreja e do Estado na definição do caminho da mulher: o matrimônio. Mas não de qualquer mulher, é a mulher da elite que se torna a fiel cumpridora dessas instituições, já que a mulher pobre, escrava, indígena e quilombola não representava os preceitos estabelecidos por estas instituições. Os cuidados maternos experimentados pelas mulheres nesse período já demonstram o lugar de marginalidade que estas ocupavam na sociedade, sua obrigação social era exclusivamente com os cuidados domésticos e da família. Ainda que de classes

sociais diferentes, o lugar comum também compreendido a crianças e considerados doentes mentais era destinado às mulheres e mães do Brasil Colônia.

O silêncio e o obscurantismo da presença da mulher na sociedade não finda no período Colonial, sua função de mulher-mãe representada por ideais cristãos na figura de Maria a aproxima cada vez mais de uma dimensão sagrada, domesticada e resumida ao que se tornou as sementes da “rainha do lar” durante séculos. Nesse cenário, as mulheres são responsabilizadas pelo lugar que ocupam - o lar. É delas o dever de garantir que o interior (família) funcione bem para que o homem possa conquistar o exterior (o mundo).

Essas atribuições, vinculadas a papéis de gênero e enraizadas na tradição e nos costumes das famílias brasileiras remetem à uma mulher que, por um lado, é idealizada como símbolo de fecundidade, maternidade e pureza quando atrelada à figura de Maria e, por outro, é símbolo de impureza e desvio quando escapa à bolha de maternidade sagrada e tenta desempenhar papéis para além da maternidade e matrimônio. Na visão dos autores citados nesta pesquisa e, em concordância com eles, os estereótipos construídos em torno da maternidade constituem um dos principais fatores mantenedores da discriminação e desigualdade de gênero.

Apesar das transformações vivenciadas pelas famílias nos últimos anos, estudos contemporâneos têm apontado para a prevalência da tradicional distinção dos papéis de mãe e pai dentro do ambiente doméstico. Cúnico, Brasil e Barcinski (2015) trouxeram em sua pesquisa que o entendimento social do papel materno ainda remete à mulher a função exclusiva de cuidado com os filhos e cuidado doméstico, enquanto o papel paterno está na função de prover materialmente a família, disciplinar e exercer autoridade.

Em 2023, dos 2,5 milhões nascidos no Brasil, 172,2 mil deles têm pais ausentes — quantidade 5% maior do que o registrado em 2022, de 162,8 mil. Os dados são da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil) obtidos por meio do Portal da Transparência do Registro Civil. O abandono paterno, circunscrito da ausência do pai do seio familiar desde a sua origem, não causa espanto quando se fala da maternidade enquanto papel natural à habilidade feminina. No ano de 2021, segundo dados da Central Nacional de Informações do Registro Civil (CRC), 167.285 crianças foram registradas sem o nome do pai no Brasil, no mesmo ano, no Maranhão, 10.112 não tiveram o nome do pai no registro. Outro dado que chama atenção foi divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e

aponta que 11,6 milhões de famílias são formadas por mães solo, ou seja, mães que criam seus filhos sozinhos sem rede de apoio e sem a presença do genitor.

Merece destaque na discussão sobre a ideia de família o conceito de rede de apoio. Formado pelo conjunto de pessoas e instituições que podem promover suporte na manutenção da saúde e bem-estar psicológico de uma pessoa, a rede de apoio se faz fundamental na construção da relação afetiva entre mãe e bebê, bem como, na diminuição da violência de gênero já que as bases ideológicas que sustentam as desigualdades de gênero impossibilitam às mães e aos seus filhos a presença não só do pai, mas da própria sociedade que, imbuída de valores hegemônicos, constroem uma realidade em que a mulher é, naturalmente, preparada e capacitada para os cuidados maternos.

Na pesquisa de Schwochow e Frizzo (2020) sobre depressão pós-parto, destacou-se a relação entre os sintomas depressivos e o tornar-se mãe associados estreitamente à ausência da rede de apoio (família e sociedade) e do pai no processo de gestação e cuidados com o bebê. As autoras mostraram, além disso, que as mulheres participantes da pesquisa destacaram que o sonho da maternidade era muito mais latente em seus companheiros. As mulheres que não foram classificadas com diagnóstico de depressão pós-parto tinham em seu contexto o planejamento da gestação, a presença ativa de seus companheiros e dos demais membros da família (mãe, sogra, irmãos) nos cuidados com o bebê. Já as mulheres consideradas depressivas, trouxeram em seu relato a ausência de desejo pela gestação, a perda de autonomia e liberdade, a existência de conflitos conjugais e ausência do companheiro ou da rede de apoio nos cuidados com o bebê.

Diante da notória diferença de realidades das mulheres consideradas depressivas para as mulheres consideradas saudáveis, é premente compreender as razões pelas quais a mãe ainda é patologizada em seu cansaço, sobrecarga, falta de suporte e inexistência do desejo pelo maternar, ao passo que, ao pai é superestimado o sonho da paternidade e, contraditoriamente, permitido à ele a existência de maus momentos sem que isto lhe torne doente e ainda legitime a sua ausência.

A valorização social da maternidade tem impedido que mulheres recebam suporte na criação e educação de seus filhos e, para além disso, cuidem de si mesmas. Há décadas concentradas no cuidado familiar, mulheres ainda parecem tomadas por preocupações moralistas acerca do que é considerado o sonho da maternidade. Teixeira, Parente e Boris (2009) apontam as profundas mudanças que a família sofreu em relação à sua natureza, função, concepção e composição. Os

autores destacam que na realidade brasileira, mulheres vêm se tornando cada vez mais chefes de família. Entretanto, cabe questionar em que momento esse cenário se apresentou diferente, já que, como levantado pelos próprios autores, a formação familiar há muito compreende a mulher como chefe do lar. Agora, com a diferença de que ela está, efetivamente, sozinha no exercício desta função.

Figura 5 – Matéria sobre abandono paterno

Onde estão os pais no Brasil? O abandono paterno machuca milhares de crianças e mães solo

No país, 11 milhões de mulheres criam seus filhos sozinhas, e 90% delas são negras. Para cuidar das crianças, entram em uma jornada de desgaste, culpa e rejeição, enquanto é naturalizado que os homens abdicuem dessa responsabilidade a qualquer momento, por qualquer motivo. Por quê?

Por Camila Cetrone, redação Marie Claire — São Paulo

13/08/2023 00h01 · Atualizado há 7 meses



Fonte: Revista Marie Claire, 2023.

A responsabilidade do cuidado e dedicação integral acompanham outras responsabilidades que têm sido imputadas à mãe mesmo quando se trata de escolhas feitas pelo pai. Quando um homem decide não exercer a paternidade, é da mãe que a sociedade cobra essa ausência. Como se a mãe também tivesse gerência sobre o destino e os rumos que a vida pode tomar, pois a ideia de que é o seu dever saber escolher um “bom pai” para seus filhos é socialmente acolhida como parte de seu instinto materno, da sua natureza que sempre sabe o melhor a fazer.

Pegando por empréstimo o hino nacional brasileiro em que aqui se evidencia no verso “dos filhos deste solo és mãe gentil”, a mãe gentil brasileira tem, de múltiplas maneiras, estado sozinha na condução da tarefa de criar os filhos. Como dito anteriormente, a solidão não é um lugar estranho à mulher e mãe em um contexto em que a falta de apoio, a centralização de funções ditas maternas e a desigualdade de gênero compõem o conjunto conhecido por família. É verdade que, como enunciado por Teixeira, Parente e Boris (2009), a família tem se estabelecido na atualidade em

arranjos diversos - monoparentais, homoparentais, desconstruídos, reconstruídos, etc. Mas, o que neste ponto é salutar apontar, é para o ser mãe sozinha que, inobstante ao arranjo familiar que se tenha hoje, já se enunciava enquanto realidade antes mesmo de ter alterações em sua composição.

O conceito de mãe solo, amplamente difundido na modernidade, difere da ideia de mãe solteira, pois não relaciona o estado civil da mulher à parentalidade. A mãe solo é a mulher que assume de forma exclusiva as responsabilidades pelo filho, sejam elas financeiras ou afetivas. Assumir integralmente as responsabilidades pelo cuidado dos filhos agora parece ter sido concretizado no arranjo familiar monoparental. Mais que isso, legitimado socialmente na ideia de que a mãe (especialmente a pobre e negra) tem, por obrigação natural, abdicar de si para cuidar da criança, enquanto ao pai, é concebível que abdique de suas responsabilidades para cuidar de si mesmo.

No estudo de Schwochow e Frizzo (2020), as mulheres que foram consideradas depressivas tinham em comum a dúvida em relação ao desejo de maternar, a angústia perante o desconhecimento das funções parentais e a ausência de expectativa positiva frente à chegada do bebê. Não foi investigado na pesquisa a percepção do pai frente às mesmas incertezas das mulheres, ainda que estas tenham relatado que eram eles, os companheiros, que traziam de maneira mais enfática o sonho pela paternidade. Sem direito ao benefício da dúvida, mulheres que não desejam ser mães são consideradas patológicas. E quanto aos homens que não desejam ser pais, o que podem ser considerados?

3.2 Mães normativas e a patologização da experiência materna

A centralidade da maternidade nas produções, como no objetivo: “Investigar as representações de maternidade de jovens mães e das mães destas, focalizando três dimensões: a representação de si mesma como mãe, a representação de sua própria mãe (ou filha) como mãe e a representação de como uma boa mãe deveria ser” (Dias & Lopes, 2003), parece reforçar uma imagem normativa da mulher, como se determinados traços fossem naturalmente inerentes ao feminino (COSTA; DINIZ; TORRES; ESTRAMIANA, 2022, p.1013).

Teixeira, Parente e Boris (2009) discorrem, a partir do referencial psicanalítico, as possibilidades que a reprodução assistida inaugura para as mulheres deste século. Abordam a maternidade não mais como destino, mas como projeto, porque entendem que o surgimento de técnicas contraceptivas permitiu às mulheres a autonomia de seu desejo. Sob tal perspectiva, a maternidade tornou-se uma questão de escolha e, especialmente, um exercício de liberdade feminina.

No entanto, entender a maternidade como uma decisão racional tendo em vista, especificamente, técnicas de fecundação (seja para impedir, seja para facilitar o processo de reprodução) não desfaz o destino traçado socialmente para as mulheres. É verdade que elas podem recusar o papel materno que antes o casamento lhes destinava compulsoriamente, mas este século em manifestações próprias de seu tempo traz em seu bojo expressões que induzem, cobram, julgam e condenam a mulher que não sonha em ser mãe. Haja vista a própria pesquisa dos referidos autores, em que se destaca:

A infertilidade, passível de ser contornada mediante o uso das tecnologias de reprodução assistida, ultrapassa sua definição inicial e estende-se a outras situações em que a dificuldade reprodutiva não necessariamente ocorre devido a um impedimento da função orgânico-corporal, mas como possibilidade de concretizar o sonho da maternidade (TEIXEIRA, PARENTE & BORIS, 2009, p. 26).

Quando se compreende que a organicidade do corpo é o único empecilho para uma mulher não ser mãe é possível dizer que ela tem conquistado novos papéis na sociedade contemporânea? Não seriam estes os mesmos papéis, só que reciclados em uma folhagem que aparenta ser nova matéria-prima? Teixeira, Parente e Boris (2009) consideram que a infertilidade, mesmo em tempo de importantes mudanças sociais, é percebida de maneiras distintas para homens e mulheres. Para as mulheres, como uma ameaça à sua feminilidade, ao que é entendido como vocação e natureza. Para os homens, uma ameaça à sua virilidade e sexualidade. Nesse sentido, concluem:

As RA, sustentadas pelo discurso da tecnologia e da ciência, constituem uma atividade procriativa que independe das relações sexuais. Na sociedade, o modelo de referência de procriação ainda é a relação sexual entre um homem e uma mulher, remetendo ao que parece ser a ordem natural das coisas (p.28).

Cúnico, Brasil e Barcinski (2015) retratam que a mulher infértil é frequentemente definida como “triste e incompleta”. Tais noções representam, de maneira depreciativa, a incompletude e inferioridade de mulheres inférteis quando condicionam a sua expressão feminina à realização da experiência materna.

O que é tido como a ordem natural das coisas, à vista disso, relaciona-se a valores sociais que compõem o desejo por um filho e, preferencialmente, um filho biológico. Estes valores, associados a fertilidade, gênero, hereditariedade e

parentesco, fazem com que a maternidade siga em posição de centralidade na vida das mulheres.

Mesmo no contexto adverso do cárcere, quando Cúnico, Brasil e Barcinski (2015) discutem o fenômeno da maternidade, identifica-se que o aspecto característico do comportamento parental destas mulheres foi a centralidade e a dedicação total às crianças. Tal centralidade, integra a condição especial do papel de mãe, que seria fundamental no processo de ressocialização das apenadas, dado que a mulher apenada que mantém contato com o filho é socialmente valorizada, vista como alguém com mais chances de reabilitação.

Esse mesmo estudo enfatizou o modo como a maternidade tem segregado mulheres a partir de classificações feitas pela própria ciência - no campo da pesquisa, da medicina, das psicopatologias - na qual mães que não conseguem amamentar ou não estabelecem vínculo com os filhos tem a sua maternidade considerada uma “maternidade deficiente”.

O que tem sido proposto pela ciência como fator de risco para o desenvolvimento de psicopatologias relacionadas à maternidade, como a depressão, ansiedade, ideação paranóide e psicoticismo realça aspectos orgânicos enquanto deixa de escutar a voz da mãe que experimenta afetos distintos, únicos e vivos. Não são casos definidos a serem catalogados em um binômio boa-má, normal-anormal.

Os relatos das mães, consideradas depressivas, na pesquisa de Schwochow e Frizzo (2020) sobre os afetos experimentados durante a experiência materna em muito se assemelham às demandas que chegam ao consultório desta autora. Os sentimentos de culpa, incapacidade, tristeza, incompletude, inferioridade, raiva, anormalidade, irritabilidade junto à ausência de liberdade, perda de autonomia, cansaço, conflitos familiares e dúvidas sobre como conduzir a maternidade fazem com que mulheres, mesmo as que ainda não são mães, questionem sua qualidade cognitiva e emocional dentro e fora dos consultórios de psicologia.

Quando se avalia a maternidade pela ótica do instinto, faz sentido que a mãe que não atenda aos preceitos científicos e socioculturais seja classificada como deficiente. No entanto, ao ser compreendido todo o ajustamento necessário à mulher frente aos múltiplos papéis desempenhados por ela na sociedade, inclusive, a exigência pelo desempenho do papel social de mãe, a maternidade ganha contornos que passam a falar mais sobre as humanidades da mulher do que dos diagnósticos que lhes são imputados.

Em direção contrária às concepções psicopatológicas, Comte-Sponville (1997) provoca a seguinte reflexão: "O que é mais angustiante que nascer? O que é mais angustiante que viver? O que é mais angustiante que morrer? Que é a angústia, senão esse sentimento em nós?" (p.11). Tais interrogações abrem um caminho para pensar a angústia como condição da existência, não só para mulheres ou mães, mas para o ser. No pensamento fenomenológico-existencial, a angústia não é um desvio, mas uma das possibilidades mais originárias do ser, pois a partir dela não só se faz possível paralisar como saltar frente aos abismos da existência.

Feijoo (2021) ao discorrer sobre o sofrimento diz que este não deve ser confundido com um transtorno. E alerta para o cuidado com o excesso de diagnósticos que, sem tempo suficiente para constatar suas premissas, passam a patologizar a dor, o medo, a cautela, como transtorno.

Na perspectiva fenomenológico-existencial, diagnosticar é aprisionar o ser do outro. É retirar do outro a possibilidade de desimpregnar de si determinada experiência. O homem é visto como pura existencialidade, como um acontecimento que se dá na sua relação com os outros e que lhe permite inúmeras possibilidades de existir. Quando este mesmo homem se fecha em uma realidade intrapsíquica, também constitui um modo de existir. Porém, este modo está encoberto e se protege de um possível sofrimento. Em uma postura fenomenológica, de modo contrário, há uma aproximação do ser através da compreensão de como suas relações aconteceram e se estabeleceram ao longo de sua existência.

A angústia se entrelaça na maternidade como uma parteira que promove o esvaziamento, identificando que mãe e bebê são seres diferentes e independentes, e segura com as mãos sujas de sangue as vulnerabilidades que cercam todo o ambiente; o não saber, o não prever, o não poder, e paralisa frente ao incontável. A angústia pode adoecer mulheres, mães, pessoas. Mas, especialmente, aqueles que sem apoio e cuidado, são impedidos de também experimentar a angústia que pode permitir, ainda na figura da parteira, fazer nascer novos caminhos a trilhar.

Cúnico, Brasil e Barcinski (2015) falam sobre como a maternidade restringe a vida da mulher, no contexto das prescrições sociais e biológicas postas a ela acerca de um lugar passivo e ideal:

Cabe à mulher, então, o "sacrifício" e a abnegação em nome da rede vincular que possui e que compete a ela mantê-la. E será através desta prescrição que ela, resignada ao seu papel de passividade, irá consolidar sua fonte de reconhecimento de si e diferenciar-se dos demais (...) aquelas que não

cumprem adequadamente o papel materno normativo podem vivenciar um sentimento de culpa e incapacidade (p.520).

As autoras mencionam como a instituição prisional reproduz a visão essencialista das funções maternas quando, em seus programas e estratégias de ressocialização, atribuem à mãe a responsabilidade pelo futuro de seus filhos, ainda que o pai também esteja encarcerado. A cobrança pelo futuro da criança permanece sendo dirigida exclusivamente à mãe, agora com mais um fator culpabilizador em jogo, o destino transgressor do filho.

Mais uma vez percebida como maternidade deficiente, a maternidade para mulheres em situação de privação de liberdade é triplamente punitiva. Já que a mãe é, paradoxalmente, questionada em seu instinto por não ter pensado no filho antes de cometer um crime, portanto, culpada. Ao mesmo tempo, validada em seu instinto porque, como um cordão umbilical que nunca se separa, é destino de filhos de mães transgressoras tornarem-se transgressores também, portanto, culpada novamente. E, pelo delito cometido, culpada.

3.3 A mulher, em sua condenação

A mulher, em sua condenação, não escaparia também do olhar invisível de Deus. Se o controle e o castigo não fossem humanos, ministrados pelo marido ou pelo confessor, eles viriam do Esposo Divino (MENDONÇA; RIBEIRO, 2010, p.4).

De posse dos sentidos presentes nas discussões acima, a imagem do encarceramento do ser mulher em sociedade adquire nitidez como em uma fotografia. Os vários elementos que permitiram a esta autora alcançar profundidade no campo fenomenológico do instinto materno fizeram clarificar como, para a ciência, a cultura, a legislação e, especialmente, nas relações sociais, a mulher vem sendo encarcerada em si mesma.

Em uma perspectiva fenomenológica-existencial, analisar significa desfazer de uma trama em seus componentes, soltar, libertar, ou, como posto na imagem do encarceramento, soltar as algemas de um preso, libertar alguém de uma prisão. Nesta última categoria de sentido apresentada, objetiva-se soltar as amarras que condenam a mãe e a mulher a partir de uma leitura fenomenológica da maternidade.

Não há a pretensão de estabelecer relações de determinações causais, mas de compreender a maternidade tal qual ela tem mostrado historicamente. Sob esse

olhar, Nunes (1986) ao esclarecer a historicidade diz: “o dasein não preenche as fases de um trajeto, mas prolonga-se a si mesmo. Esse movimento de existência, quanto contínuo prolongar-se, impõe a estrutura do acontecer, de que deriva a historicidade.” (p.144). Desse modo, a maternidade, ou ainda, a relação da mulher com a maternidade diz muito sobre a história da humanidade, tendo a possibilidade de afetar os diversos modos de ser que estão, desde sempre, lançados em condições que os circundam e os limitam.

Na leitura dos cinco artigos que constituíram o fruto desta análise, notou-se a presença da palavra “controle” por unanimidade na escrita dos autores. Somaram-se dezoito vezes em que o termo foi utilizado nos artigos para se referir à mulher. Os autores destacam o controle como parte da estratégia de domínio do corpo, da mente e até do espírito das mulheres.

Outro controle historicamente reconhecido sobre a mulher, além da Igreja e do marido é o da tutela e controle do pai e posteriormente a esses atores sociais, surge o controle e o poder do médico. O discurso médico sustenta o religioso, naturalizando a condição da mulher como aquela que procria (MENDONÇA; RIBEIRO, 2010, p.4).

Tal perspectiva se evidencia na pesquisa de Teixeira, Parente e Boris (2009) quando os autores trazem que “a mulher quando dispõe de recursos científicos que a libertaram da repressão sexual vigente na cultura vitoriana e lhe possibilitaram o controle de seu corpo e do desejo de procriar” (p.27). O entendimento de que a mulher se libertou dos mecanismos de controle social de seu corpo associada ao papel médico como realizador de desejos naturais reposiciona, de maneira incongruente, a mulher à um lugar de submissão.

Para Mendonça e Ribeiro (2010), os médicos, ao longo do século XIX e início do século XX, ocuparam o lugar das parteiras “trazendo para si o controle e o conhecimento e domínio sobre o corpo da mulher” (p.4). E diz, ainda, que: “valores e comportamentos são agora revistos e referendados com práticas que, aos poucos, são incorporadas como adequadas à mulher ‘verdadeira’ (conforme o estabelecido pela medicina) (p.04).

Brasil e Barcinski (2015) argumentam que “a maternidade pode se configurar como uma estratégia de controle institucional” (p.518) e, no contexto do cárcere:

A utilização da maternidade como instrumento de controle enfatiza que é inegável o poder motivacional que a maternidade possui para as mulheres aprisionadas, mesmo para aquelas que não escolheram a maternidade e negligenciaram esta função anteriormente (p.523).

Ao acompanhar o fenômeno controle hermenêuticamente, observa-se que é justamente a tentativa de controlar o ser da mulher que a adoce, já que na vida nunca é possível ter controle total sobre tudo e todas as coisas. Ao reduzir o espaço das possibilidades de ser mulher, confinando-a à exclusiva experiência materna, coloca-se em vulnerabilidade e ameaça a sua existência. Ainda que através de métodos mais sutis de coerção e controle, é sobre o corpo da mulher que ainda se exerce a demonstração de poder.

Nesse sentido, Costa, Diniz Torres e Estramiana (2022) argumentam que “confinadas em papéis convencionais de gênero, as mulheres são impedidas, ao longo do tempo, de galgar posições de poder na estrutura social” (p.1002). De acordo com o Fórum Econômico Mundial (2023), que atualmente apresenta indicadores de gênero em todo o mundo, a participação de mulheres em cargos de liderança no Brasil foi de 39,1%, em 2023. Embora as mulheres sejam mais escolarizadas que os homens, tendo o tempo de estudo empregado, em média, de 12 anos enquanto o dos homens é de 10,7 anos, são eles que ainda ocupam majoritariamente posições de liderança no contexto do trabalho e emprego.

O nível de inserção de mulheres entre 25 a 49 anos no mercado de trabalho varia em função da presença de crianças em casa. Em 2022, a proporção de mulheres nessa faixa etária empregadas era de 54,6% quando possuíam crianças e 67,2% quando não possuíam. Entre os homens dessa mesma faixa etária, os percentuais eram de 82,8% e 89,0%, respectivamente.

Esses indicadores evidenciam a persistente desigualdade entre homens e mulheres na sociedade, bem como a sua validação em princípios ideológicos, pois ocorrem em função do gênero. Valores hegemônicos de uma sociedade dominada por homens encarceram o ser da mulher a papéis convencionais de gênero que as impedem de sair do ambiente doméstico, diminuem sua participação no mercado de trabalho e violentam sua existência.

Quando essa realidade é pensada no contexto de grupos minoritários na estrutura de poder (mulheres ciganas, transexuais, pretas, pobres, etc) a vulnerabilidade, estigmatização e violência torna-se ainda maior. Entretanto, o que as pesquisas e discussões reunidas aqui indicam é que nenhuma mulher está livre do impacto do sexismo. Os estudos apontam para uma representação ambivalente da mulher que, por um lado, é assemelhada à figura de Maria, através da maternidade e até mesmo da relação com o corpo. E, por outro, é identificada a um feminino

contranormativo se for infértil, transsexual, prostituta, pois está em oposição ao que seria “natureza” ou função social da mulher: a reprodução.

A contribuição da fenomenologia conduz a uma pluralidade de pontos de vista acerca da existência. Não há sentimento, comportamento, doença, ou mesmo um fenômeno social, que exista isoladamente. O ser existe sempre em sua relação com os outros, e é a partir deste modo imbricado de “ser-em”, que é possível enxergar a inseparabilidade do homem com os outros.

A existência designa ao homem o caráter de presença; um lugar onde só o homem existe como uma dinâmica contínua de troca de estados, passagens e lugares. Sendo as outras coisas de caráter ôntico, de concretude. Muitas coisas são, mas não existem. O homem também é, mas apenas o homem existe. E é contra essa proposta de ontificação do humano que a fenomenologia-existencial se opõe (HEIDEGGER, 2009).

A promoção de valores sociais deterministas que tendem a classificar, por exemplo, mães que falam de sua sobrecarga como depressivas e, mães que romantizam o trabalho materno como como super-heroínas, só produz desequilíbrios e baixa tolerância aos valores individuais, às particularidades de cada um. Assim, pessoas vão se transformando em seres impotentes que se depreciam e que passam a buscar a potência (equilíbrio), através de providências socialmente impostas.

Ao perderem a conexão consigo mesmas, mulheres se submetem à prescrições acerca de um papel feminino (e, conseqüentemente, materno) para que caibam em uma fôrma social geradora de enfermidades, intolerantes ao sofrimento, à quietude, ao vínculo. Tudo isso tem uma repercussão orgânica e, portanto, mental.

Em uma perspectiva fenomenológico-existencial, defende-se o exercício desse caminho de vir a ser mulher e, quando escolhido por ela, mãe, um percurso sem premissas, não moralizante, não causal, em que o acolhimento, respeito, liberdade, possibilidade e não de tutela e/ou controle. Ou seja, um exercício que se opõe ao encarceramento da mulher no que se compreende enquanto instinto materno e que se dá em prol do devir de experiência, que não é naturalmente dada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho a arte foi utilizada, prioritariamente, como recurso facilitador na aproximação da autora com a temática, em seu envolvimento com a escrita da dissertação e no diálogo com o leitor. Os dramas sociais aqui apresentados são repletos de conteúdos artísticos que possuem cores e formas indefinidas, à medida que, retratam a interioridade da vida sem que sejam cópias dos objetos existentes no mundo.

Através de uma fenomenologia vinculada a revelação da vida invisível e imprevisível, vimos a partir de campos diversos do conhecimento, como a artes plásticas, antropologia, literatura, filosofia, psicologia, sociologia, teatro e cinema, a singularidade de cada obra manifestada através de autores que projetam o invisível da vida pela doação da sua sensibilidade.

O início deste diálogo tratou de reconstruir o mito do amor materno utilizando, para isso, a referência da mitologia grega como fonte de inspiração. Os mitos são narrativas que contêm verdades consideradas fundamentais para um povo, um grupo social, uma civilização. Na narrativa de Medeia, mito utilizado como ponto de partida nas discussões inauguradas neste trabalho, não há ainda a visão separatista do eu e do mundo, não existem noções de subjetividade e o cartesianismo ainda não se faz presente, o que pode significar modos de sentir completamente diferentes do que temos na atualidade em que o “eu” e o “individual” é valorizado demasiadamente.

Ao trazer a figura de Medeia como referência mitológica para pensar questões típicas da modernidade como papéis sociais, papéis de gênero e a lógica binária do masculino e feminino, o que se pretende é rever historicamente como temos existido em sociedade; as mudanças, os conceitos e as lógicas existentes por trás de verdades, hoje, consideradas absolutas.

O percurso histórico que envolve a construção do mito do amor materno, mostra como a ideia de maternidade natural foi se circunscrevendo socialmente como um sacerdócio para fins produtivistas de opressão e controle de mulheres. Com a ajuda da religião, da medicina e da psicologia, o que aqui é descrito como mito, parece impor, até hoje, um modo de ser mãe único e submisso.

Trazer para discussão a temática do instinto materno sem ter a biologia, a prolactina e a ocitocina (considerados hormônios da maternidade) como única possibilidade de resposta e, ainda, considerando a história, a filosofia e a psicologia da existência como caminho de reflexão, é uma tentativa de ruptura com discursos

que limitam a expressão e vivência da maternidade a partir pressupostos biologicistas e postulados inquestionáveis. Repensar a maternidade em uma perspectiva de base fenomenológico-existencial é considerar que os processos humanos são repletos de pluralidade, indeterminação e contornos que só podem ser dados por cada ser em sua relação com o mundo.

Os comportamentos instituais preconizados nas teorias psicológicas advindas das ciências biológicas, do evolucionismo e da psicanálise referem-se à experiência materna enquanto curso natural na vida das mulheres, o contrário disso é experimentar uma existência incompleta e frustrada, com diagnósticos incontestáveis, pois representam o contranormativo, a enunciação do que fugiu ao padrão estipulado pelas ciências e também pela sociedade.

Torna-se necessário o pensamento reflexivo que ao questionar os sentidos naturalizados, possam não coadunar com o falatório mundano que pré-define o lugar da mulher no mundo. Por meio de um pensamento crítico podemos devolver à mulher o direito de se perceber enquanto sujeito de possibilidades, dentre elas ser ou não ser mãe, seguir ou não a cartilha da feminilidade. E, assim, acolher a indeterminação de sua condição enquanto existente apesar das tentativas de enquadramento que se impõem na atualidade.

Ao salientar sentidos existenciais presentes no modo fenomenológico de perceber o mundo, as pessoas, as coisas e as relações, objetivou-se esclarecer conceitos que, na cotidianidade, podem ser tidos de maneiras diferentes, mas que para a fenomenologia carregam significados próprios. O conceito de vivência enquanto característica do existente, ser que percebe, reflete, registra, sente e experimenta o mundo em relação à ele. Não em uma dinâmica subjetiva e encapsulada de si mesmo, onde eu e mundo acontecem de forma separada, mas através de sua interlocução.

A crítica à atitude natural presente neste texto parte das reflexões feitas por Husserl acerca de um modo de fazer ciência em que os estudos se concentram, em sua maioria, na teorização, quantificação, medida e classificação, a partir de noções substancialistas daquilo que é de ordem humana. Sem permitir que a dúvida e a reflexão do mundo, em suas indeterminações, constituam sentido, tais referenciais cristalizam hipostasias essencializantes do ser.

Em uma perspectiva fenomenológica-hermenêutica, promovida por Heidegger, vimos que o ser está sempre lançado para fora, para o mundo, para existência em sua abertura natural. E, portanto, se há algo que se configura enquanto

essência humana é essa indeterminação natural que a existência e o existente, por si só, carregam. Quando Heidegger traz que o homem só pode existir em um mundo e junto dele, percebemos que essa experiência não pode ser reduzida ou objetificada seja na experiência da maternidade ou fora dela. Não há, portanto, uma interioridade psíquica e biológica que faz da maternidade essencial às mulheres.

A “invenção da maternidade”, conforme cita Giddens (1993, p.53), parte de uma ideia de lar e de relação que é fabricada socialmente para retirar da mulher suas possibilidades de ser em potencial e também de não o ser, promovendo abismos entre a realidade e o que outrora foi idealizado pelas ciências naturais e por perspectivas psicologizantes. Quando falamos de fabricação de ideias, precisamos pensar no berço em que as ideias nascem e se sistematizam como realidade. Assim, com o objetivo de identificar o que investigam os estudos em psicologia na atualidade acerca do fenômeno instinto materno, foi realizada uma revisão sistemática de literatura utilizando enquanto metodologia de pesquisa a fenomenologia para análise e discussão de resultados.

Notou-se, a partir da análise das pesquisas, que a ausência de estudos utilizando a terminologia “instinto materno” não representa a inexistência do fenômeno na contemporaneidade. Do contrário, o que as pesquisas apontam é para as formas veladas em que a noção de maternidade instintiva tem sido renomeada na modernidade a partir de terminologias que empregam à mulher características de “supermãe”, “mãe ecológica”, por exemplo. Uma outra maneira de condução da mulher e da maternidade ao que é naturalmente dado tem sido feita a partir da própria ciência, através das tecnologias de reprodução assistida.

A pesquisa de Teixeira, Parente e Boris (2009) sobre reprodução assistida apontou para o que seriam novas possibilidades para as mulheres contemporâneas, considerando como premissa um critério que em nada representa novidade: o desejo de ter filhos como algo natural à mulher. Mais que isso, a relação narcísica da mulher com a figura materna e com o desejo de maternar. Neste mesmo cenário, mulher, maternidade e poder médico ocupam posições já experimentadas ao longo da história. De maneira mais sofisticada, mas ainda assim reducionista, o poder médico permanece influenciando na consolidação de perspectivas patologizantes sobre o ser mulher e ser mãe em sociedade.

Isso se evidencia na pesquisa de Schwochow e Frizzo (2020) que dividem mães em grupos categorizados como depressivos e saudáveis a partir de noções biomédicas que compreendem a maternidade como um exercício natural, um dom

nato e colocam sujeitos a critérios diagnósticos qualquer dúvida ou questionando a respeito dessa experiência que predestina a vida das mulheres. Quando Mendonça e Ribeiro (2010) retratam a condição da mulher no Brasil Colônia e o importante papel da igreja e do Estado na definição do caminho a ser percorrido por elas, e mais tarde, com o advento do poder médico, este se torna realizador de desejos naturais, torna-se palpável a origem de tais critérios.

No campo de investigação da psicologia social, Costa, Diniz, Torres e Estramiana (2022), identificaram a influência das questões de gênero nos espaços ocupados hoje pela mulher. A lógica binária de homem em contraste à mulher, reforça papéis de gênero estabelecidos socialmente e reproduz, mesmo em ambientes de mínimo contato social, ideologias, preconceitos e estigmas. É o que aparece nas pesquisas de Cúnico, Brasil e Barcinski (2015) que buscou compreender a experiência da maternidade, todavia, no contexto do cárcere.

O encarceramento na vida das mulheres surge como mais um fator limitante e determinante para a experiência materna, considerando os reflexos sociais da maneira em que a maternidade é entendida culturalmente. Se, para mulheres em situação de privação de liberdade, a maternidade ainda preserva noções conservadoras, pois é tida como instrumento de regulação legal e social, poderíamos considerar que, para mulheres em situação liberdade legal, o encarceramento em questão seria “da” vida ao invés de “na” vida? Já que a experiência de liberdade deixa de ser, por vezes, usufruída por terem suas vidas aprisionadas às grades invisíveis da moral, do poder, da ciência e da religião?

Entendemos que a construção do objeto de estudo desta pesquisa não se restringe apenas ao mundo acadêmico, uma vez que impacta a própria forma como ele é visto e vivenciado socialmente. Entretanto, percebemos pouca articulação entre os artigos analisados e as contribuições dos estudos da psicologia ou mesmo de uma perspectiva fenomenológica. Diante dessa falta de diálogo, cabe refletir sobre como a prevalência de temas/estudos normativos pode impactar na manutenção de papéis convencionais de gênero até mesmo na ciência.

Por fim, faz-se necessário considerar as limitações da pesquisa no que tange abrangência do fenômeno a grupos também considerados contra normativos, a exemplo das mulheres transsexuais, mães adotivas e demais categorias sociais que configuram novos modos de ser em sociedade. A própria perspectiva fenomenológica pode auxiliar nessa reflexão, pois, como a produção científica é assimilada pelo senso

comum, a ampliação de debates acerca do lugar da ciência na manutenção de disparidades de gênero perpassa também pela diversificação dos temas de pesquisa.

Não se pretendeu reduzir o horizonte existencial, nem tampouco as possibilidades que circundam os modos de ser do homem no mundo, mas de compreender como o fenômeno instinto materno é construído ao passo que também constrói a realidade. A partir disso, novos caminhos de pensamento e ciência possam ser construídos seja no campo de saber da psicologia, seja no universo interdisciplinar do conhecimento humano. Surge, conjuntamente enquanto possibilidade, o emergir social de ideias, enunciados e relações pautadas no respeito, no acolhimento, na liberdade, na equidade e no contato real de humanos entre humanos.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ADICHIE, C. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AMATUZZI, M. **Por uma psicologia Humana**. Campinas: Alínea, 2001.
- ARENDT, H. **The human condition**. Chicago: University of Chicago, 1958.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BELLO, A. **Fenomenologia e Ciências Humanas**. Bauru: Edusc, 2004.
- BELLO, A. **Fenomenologia e ciências humanas: implicações éticas**. Tradução de Jacina Turolo Garcia e Miguel Mahfoud. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.
- BELLO, A. Intrapessoal e Interpessoal: Linhas gerais de uma antropologia filosófico-fenomenológica. *In*: J. Savian Filho (Org.), Empatia. Edmund Husserl e Edith Stein. **Apresentações didáticas**. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 9-28.
- BELLO, A. **Introdução à fenomenologia**. Tradução de Jacinta Turolo Garcia e Miguel Mahfoud. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- BONATO, N. Feminização do magistério: contribuições da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – 1922. **Reunião Anual da ANPED**, p. 1-16, 2007. Disponível em: <<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT02-3437--Int.pdf>>. Acesso em 01/08/2023.
- BORTOLINI, M; PICCININI, C. Representação de apego materna, relação mãe-criança e apego inseguro do filho: um estudo qualitativo. **Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro**, v. 17, n. 3, p. 1101-1121, set./dez. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1808-42812017000300017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01/08/2023.
- BOWLBY, John. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CADENA, N. A importância da subjetividade em Husserl. **Cadernos da EMARF, Fenomenologia e Direito**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.1-117. abr./set. 2015.
- CARDINALLI, I. E. Heidegger: o estudo dos fenômenos humanos baseados na existência humana como ser-aí (Dasein). **Revista Psicologia USP**, v. 26, n. 02, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pusp/a/8MvnGRb8yrCX7vT3bB3rZYp/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 01/08/2023.
- CARDINALLI, I. **Transtorno do estresse pós-traumático: Uma compreensão fenomenológico-existencial da violência urbana**. São Paulo: Escuta, 2016.

CUEVAS, Carlos; RENNISON, Callie. **The wiley Handbook on the Psychology of violence**. 5. ed. Chichester, Inglaterra: Wiley Blackwell, 2016.

CRITELLI, D.M. **Analítica de sentido**: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica. 2. ed. São Paulo: **Brasiliense**, 2006.

CYTRYNOWICZ, M. **Criança e Infância**: Fundamentos Existenciais, Clínica e Orientações. São Paulo: Chiado, 2018.

EURÍPIDES. **Teatro completo**: volume I. Tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 2015.

EVANGELISTA, P. **Psicologia Fenomenológica Existencial**: a prática psicológica à luz de Heidegger. Curitiba: Juruá Editora, 2016.

FABBRO, M.; HELOANI, J. Mulher, maternidade e trabalho acadêmico. **Investigación y educación en enfermería**, Medellín, v. 28, n. 2, p. 176-186, jul. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-53072010000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01/08/2023.

FARIAS, C.; LIMA, G. A relação mãe criança: esboço de um percurso na teoria psicanalítica. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 9, n. 16, p. 12-27, jun. 2004, Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282004000100002&lng=pt&nrm=iso. ISSN 1415-7128>. Acesso em: 01/08/2023.

FEIJOO, A. A cristalização da identidade feminina e a clínica fenomenológico-existencial. In: FEIJOO, Ana Maria Lopez Calvo de; PROTÁSIO, Myriam Moreira (Orgs.). **Situações Clínicas I: Análise fenomenológica de discursos clínicos**. Rio de Janeiro: IFEN, 2015. p. 45-65.

FEIJOO, A. PROTÁSIO, M. GILL, D. Considerações sobre o desenvolvimento infantil em uma perspectiva existencial. Mattar, C. M. In: Feijoo, A. M. Feijoo, E. L. **Ser criança**: uma compreensão existencial da experiência infantil. Feijoo, Rio de Janeiro: Edições IFEN, 2015. p. 115-161.

FEIJOO, Ana. **Existência & psicoterapia**: da psicologia sem objeto ao saber fazer na clínica psicológica existencial. Rio de Janeiro: IFEN, 2017.

FEIJOO, A. Fundamentos fenomenológico-existenciais para a clínica psicológica. **Biblioteca Virtual Fantásticas Veredas – FGR**, Belo Horizonte, p. 1-10, out. 2008. Disponível em: <http://www.fgr.org.br/admin/artigos/trab_2011751498017613221458083256.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2016.

FEIJOO, A. MATTAR, C. O método fenomenológico nas filosofias da existência e na psicologia. **Revista Teoria e Pesquisa**, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/YPGVfdBZzVfsgXYKQtHyYcN/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Se%2C%20com%20seu%20m%C3%A9todo%2C%20a,da%20exist%C3%Aancia%20como%20motiva%C3%A7%C3%A3o%20origin%C3%A1ria>>. Acesso em: 01/02/2023.

FEIJOO, Ana. **Suicídio e Luto**: da investigação fenomenológico-hermenêutica às práticas clínicas fenomenológicos-existenciais. Rio de Janeiro: IFEN, 2021.

FOGEL, G. **O homem doente do homem e a transfiguração da dor e a transfiguração da dor**. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

FOGEL, Gilvan. **Sentir, ver, dizer**: cismando coisas de arte e de filosofia. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

FORGHIERI, Y. **Psicologia fenomenológica**: fundamentos, método e pesquisa São Paulo: Pioneira, 1993.

FREIRE, M. 'Ser mãe é uma ciência': mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.153-171, jun. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/DHffQQg3dkqndWBNBNRF9DM/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 01/03/2023.

GANDRA, T; DUARTE, A. Estudos de usuários na perspectiva fenomenológica: revisão de literatura e proposta de metodologia de pesquisa. **Informação & Sociedade: Estudos**. João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 13-23, dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/10861>>. Acesso em: 01/03/2023.

GAZOLLA, Rachel. **Para não ler ingenuamente uma tragédia grega**. São Paulo: Loyola, 2001.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

GRADVOHL, S; OSIS, M; MAKUCH, M. Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. **Pensando famílias**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 55-62, jun. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000100006&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1679-494X. Acesso em: 01/08/2023.

HUSSERL, Edmund. **A Ideia da Fenomenologia**. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1990.

HUSSERL, E. Husserliana 4. **Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie Zweites Buch: Phänomenologische Untersuchungen zur Konstitution**. Ed. Marly Biemel. The Hague: Martinus Nijhoff, 1952.

HUSSERL, E. **Idee per una fenomenologia pura e per una filosofia fenomenologica**. Turim: Giulio Einaudi, 2002.

HUSSERL, E. **Investigações lógicas**. Lisboa: Centro de filosofia da Universidade de Lisboa, 2007.

HEIDEGGER, M. A questão da técnica. *In*: HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e conferências**. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 11-38.

HEIDEGGER, M. **Introdução à filosofia**. Tradução de Marco Casanova. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 1988. v. I e v. II.

JABLONSKI, B. A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. **Psicologia: Ciência e Profissão**. n. 30, v. 2, 2010.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/pcp/a/mJKLzrKLJCcMpnNHfr9PcGt/?lang=pt#>>. Acesso em: 01/08/2023.

JANET, P. La crise philosophique. MM. Taine, Renan, Littré, Vacherot. **Germer Baillière**, Libraire-Éditeur, Paris, 1865. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k860738.r=Crise.langPT>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

KIERKEGAARD, S. **O Conceito de Angústia**. Tradução de Álvaro Luis Montenegro Valls. Petrópolis: Vozes, 2010.

LESSA, M. Um estudo sobre a moralização do suicídio. *In*: FEIJÓO, Ana Maria Lopez Calvo de. (Org.). **Suicídio: entre o viver e o morrer**. Rio de Janeiro: IFEN, 2018. p. 105-144.

MACHADO, A; SILVA, C; MELO, S; SILVA, A. Transformações da identidade feminina ao tornar-se mãe. **Psicologia Argumento**. [s. l.], v. 38, ed. 99, p. 66-87, 2020. Disponível em:

<<https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/26013>>. Acesso em: 01/08/2023.

MANSUR, L. Experiências de mulheres sem filhos: a mulher singular no plural.

Psicologia: Ciência e Profissão. v. 23, n. Psicol. cienc. prof., 2003 n. 23, v.4, p. 2–11, dez. 2003. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/pcp/a/qnKD9ggzVd4DvzpJVvNvtcx/?lang=pt#ModalHowcite>> . Acesso em 01/08/2023.

MÉLLO, R; DI PAOLO. Subjetivações, identidades e o linguajar. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 7, n.3, p. 131-142, 2007. Disponível: <

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812007000300011> . Acesso em: 01/08/2023.

MERUANE, Lina. **Contra os filhos**. Tradução de Paloma Vidal. São Paulo: Todavia, 2018.

MICHELAZZO, J. **Do um como princípio ao dois como unidade**: Heidegger e a reconstrução ontológica do real. São Paulo: Fapesp/Annablume, 1999.

MIRANDA, J; TIMO, A; BELO, F. Crítica à Maternidade em Winnicott. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 39, p. 1-14, 2019. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/pcp/a/475d6fx59GMGvPywDCdS73f/?format=pdf&lang=pt>>
Acesso em 01/03/2023.

MURATA, Daniel. **Por que ler tragédia grega hoje?**. Estado da Arte, 2020.

PONTY, M. **Merleau-Ponty na Sorbonne**. São Paulo: Papirus, 1990.

RIBEIRO, Djamila. **Cartas para minha vó**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RILEY, Denise. **War in the nursery**: theories of the child and mother. London: Virago, 1983.

ROSE, N. **Inventando nossos selfs**: Psicologia, poder e subjetividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SÁ, R; MATTAR, C; RODRIGUES, J. Solidão e relações afetivas na era da técnica. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**, v. 18 - n. 2, p. 111-124, Jul./Dez. 2006.

SCHULER, M. **Esencia y formas de la simpatía**. Buenos Aires: Editorial Losada, S.A., 2004. p.128-129.

STEIN, E. **Analítica Existencial e psicanálise**: Freud, Binswanger, Lacan, Boss. Rio Grande do Sul: Ijuí, 2012.

WINNICOTT, D. A preocupação materna primária. *In*: WINNICOTT, Donald Woods. **Da pediatria à psicanálise**: Obras escolhidas. Rio de Janeiro: Editora Imago, 2020. p. 218-232.

WINNICOTT, Donald. **A criança e o seu mundo**. Tradução de Alvaro Cabral. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.